EDUCAÇÃO EM EVOLUÇÃO

Governo realiza ações que somam esforços e dividem resultados para escrever uma nova história

Um ensino de qualidade que inicia logo na primeira infância e encaminha o estudante ao curso superior e ao mercado de trabalho passa por investimentos em estrutura, valorização e capacitação de professores e servidores, incentivo a talentos fora da sala de aula, alimentação saudável, compreensão das limitações e apoio ao modelo de gestão escolar descentralizada

Em quatro anos, a Secretaria de Educação do DF obteve grandes avanços e comemora efeitos bem-sucedidos em toda a comunidade escolar

A rede pública de ensino está pronta para o futuro e busca as novas melhorias que estão por vir

REVISTA EDUCA DF

Foto Andre Borges/Agência Brasília

ENTREVISTA

Júlio Gregório Filho

Secretário de Educação
do DF (2015/2018)

> **O sistema caminha para a recuperação dos níveis de excelência que já tivemos anteriormente**

Alan Resah

Obstinado pela educação e praticante de uma proposta curricular que engaje os estudantes no processo de ensino-aprendizagem com prazer, determinação e protagonismo, Júlio Gregório Filho, mais conhecido como professor Júlio - como gosta de ser chamado - esteve à frente da gestão da Secretaria de Educação do Distrito Federal durante os últimos quatro anos.

Formado em química pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em administração da educação e membro do Conselho Técnico Científico da Educação Básica da Capes, o docente se orgulha dos momentos que viveu em sala de aula. Foram 34 anos dedicados à educação e 24 destes na rede pública do DF. Entre as escolas públicas em que atuou estão o Centro de Ensino Fundamental 05 de Taguatinga, o Elefante Branco e o Setor Oeste, onde trabalhou como diretor até se aposentar, em 2009.

Como o senhor enxerga e descreveria a educação do Distrito Federal nos tempos atuais?

Júlio Gregório Filho - Vejo a educação pública no Distrito Federal constituída por um sistema bem robusto de escolas e profissionais, tanto da carreira magistério quanto da carreia assistência, muito bem formados, em constantes formas de aperfeiçoamento do trabalho e bastante comprometidos com o trabalho que desenvolvem. Temos regiões cuja oferta de escolas ainda deixa a desejar, mas estamos caminhando para soluções que esperamos se concretizarem com a maior brevidade possível para levar a todos a mesma qualidade ofertada nas regionais onde tanto a oferta como a qualidade já se consolidaram. Apesar de termos vivido uma grande expansão populacional no Distrito Federal, que acarretou a necessidade de atendimento aliada a uma substancial redução do número de estudantes por salas de aula, decorrente do corretíssimo processo de inclusão e da criação de salas especiais para atendimentos especializados, o sistema caminha para a recuperação dos níveis de excelência que já tivemos anteriormente.

Quais os principais avanços alcançados nos últimos quatro anos?

Júlio Gregório Filho - Nos últimos anos optamos pela continuidade das políticas educacionais que já vinham sendo desenvolvidas, como a construção de um currículo mais coerente com a realidade atual dos estudantes, de forma a não repetirmos o constante recomeçar a cada novo grupo gestor da Secretaria de Educação. Com isso avançamos na consolidação dos currículos da educação infantil e do ensino fundamental, que foram construídos pelo conjunto dos profissionais da Educação com a aplicação de possíveis alterações com aperfeiçoamentos, a partir de avaliações, que permitirão a adequação e o desenvolvimento de projetos que aumentem a eficiência e eficácia do nosso processo educacional.

Apesar da interpretação, no meu entendimento, equivocada dos resultados do último Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), fica muito clara a evolução que tivemos resgatando a meta perdida nos anos iniciais do ensino fundamental, crescendo o previsto nos anos finais e, em decorrência de problemas logísticos na aplicação dos instrumentos de avaliação, não atingimos os resultados esperados para o ensino médio que está na pauta e deverá avançar na sua estruturação curricular de forma a atender as expectativas dos estudantes respeitando as suas aptidões.

Sobre os principais desafios para o ensino do Distrito Federal no futuro, o que o senhor vislumbra para os próximos anos?

Júlio Gregório Filho - Aprofundar o desenvolvimento curricular da educação infantil e do ensino médio, já construídos e colocados à disposição da rede e prosseguir de forma ousada e determinada em relação às alterações necessárias ao ensino médio se constituem elementos, no campo pedagógico, essenciais para o crescimento da qualidade da nossa escola. Desenvolver políticas educacionais que diminuam a reprovação e, sobretudo, o abandono deve ser uma verdadeira obstinação. Isso requer a continuidade de um trabalho já iniciado que toca na "cultura" da reprovação como elemento que soluciona a não aprendizagem adequada. Além dos aspectos pedagógicos, há que se dar continuidade aos investimentos nos insumos necessários ao bom desenvolvimento dos projetos geradores de aprendizagem significativa como laboratórios, equipamentos de informática, conectividade das escolas, reformas e edificação onde se fizerem necessárias.

Não podemos desconsiderar que o Distrito Federal também dispõe de uma rede de escolas privadas que oferecem aos seus estudantes um trabalho de qualidade, atendendo as expectativas das famílias que as procuram. Em termos de infraestrutura, o grande desafio, não somente do Distrito Federal, é atender à demanda de creches. Evoluímos muito em relação a esse atendimento e espero que esta evolução continue para que esse desafio seja vencido.

PRIMEIRA INFÂNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL MARCA UMA INTEGRAÇÃO ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR

Desde 2017, todas as crianças com 4 e 5 anos têm acesso às escolas da rede pública e creches do Distrito Federal

Maria do Carmo Alvarenga

É dia de festa no Jardim de Infância 312 Norte. Cantata de Natal! Pergunto a um casal sobre quem dentre os pequenos é a sua filha. Eles me dizem: "Você vai reconhecer. Ela é a mais tímida!".

Tímida?! Mariana Vaz, de 4 anos, faz uma belíssima apresentação! Desenvolta e focada, ela canta, dança, faz expressões faciais junto com os amiguinhos e diante dos pais encantados. "Você devia ter visto o início dela na escola. Ela é uma criança muito reservada, muito séria e tivemos dificuldade de adaptação no início, mas ela entrou uma criança e saiu outra. A desenvoltura, o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dela são outros", comenta a mãe, Maria Inês Vaz. Ela e o pai da Mariana, Gilson, têm três filhas. Mariana é a mais nova e as irmãs também passaram pela educação infantil. Para Gilson, esta é uma fase importante. "Pela capacidade lúdica, pelo relacionamento com outras crianças... eu acho que a criança amadurece muito", pondera.

Os pais do João Manuel, de 5 anos, também percebem um desenvolvimento do filho a partir da educação infantil. Eles procuraram a escola para que o menino pudesse se socializar com outras crianças, pois ele só tem irmãos adultos.

Foto Vladimir Luz

Mariana Vaz, 4 anos, já apresenta evolução desde que entrou na escola

Foto Vladimir Luz

Para a mãe de João Manuel, a escola tem feito muito bem para o menino

Os pais ressaltam como as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola estão auxiliando no crescimento do menino. Um exemplo é o projeto de Alimentação Saudável. "Inclusive lá em casa, na hora de se alimentar, ele é mais exigente, come as coisas certas", diz o pai, João Marreiros. O João Manuel adora ir para a escola, participa das atividades e quando questionado sobre o que mais gosta ele responde: "Brincar de Lego". A mãe diz que nas férias ele fica perguntando o tempo todo quando as aulas vão começar. "Quando a criança diz 'vamos voltar para a escola?' é porque a coisa está indo muito bem", afirma a mãe Deusdedy Solano.

Aline Mendes, diretora do Jardim de Infância 312 Norte, explica que a escola trabalha com projetos diferenciados e lúdicos. Eles fazem passeios pela vizinhança, aprendem ao ar livre, estudam sobre alimentação saudável, conhecem músicas e fazem atividades físicas. "A gente acredita que com essas atividades sendo implantadas durante a semana com foco em cada área, as crianças desenvolvem mais as habilidades e as competências que têm de ser desenvolvidas de acordo com o Currículo em Movimento", afirma. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, esta é a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial. Segundo a diretora de Educação Infantil da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Andréia Martinez, "hoje, a gente percebe a educação infantil como uma etapa que pensa o desenvolvimento da criança, enquanto ser criança considerando as suas mais diversas formas de expressar a sua infância".

Os Planos Nacional e Distrital de Educação universalizaram a oferta da educação infantil para as crianças de 4 e 5 anos. No DF, este atendimento foi sendo ampliado, chegando a 100% da meta em 2017. Ou seja, todas as crianças de 4 e 5 anos que procuram a rede de ensino são atendidas. Foram criados mais 28 Centros de Ensino de Primeira Infância (Cepis), totalizando 52 unidades. Também foram entregues dois jardins de infância e ainda existem 54 creches conveniadas. Em 2018, o DF atende um total de 15.287 crianças de 0 a 3 anos e 47.203 entre 4 e 5 anos.

> "Hoje, a gente percebe a educação infantil como uma etapa que pensa o desenvolvimento da criança enquanto ser criança considerando as suas mais diversas formas de expressar a sua infância."
>
> Andréia Martinez, diretora de Educação Infantil

Números da Educação Infantil em 2018

Cepi	52
Jardins de Infância	28
Creches conveniadas	54
Centros de Educação Infantil	35
Atendimento a crianças de 0 a 3 anos	15.287
Atendimento a crianças de 4 e 5 anos	47.203

Foto Luis Tavares

John Francisco, pai de gêmeas, está satisfeito com o atendimento do Cepi Mandacaru, em Samambaia

Para muitas famílias, o acesso à educação na primeira infância, além de impulsionar o desenvolvimento da criança, constitui um auxílio na rotina familiar. Para Elaine Barcelos, mãe do pequeno Bernardo, de 3 anos, a vaga no Cepi Mandacaru de Samambaia "foi uma porta que se abriu". Ela não podia trabalhar porque não tinha com quem deixar o filho. Agora, ela pode complementar a renda da família. Elaine gosta muito da estrutura do Cepi e diz que o Bernardo está mais autoconfiante e sociável. "No começo ele chorava, agora ele pede para ir até no fim de semana", diz.

Os Centros de Educação da Primeira Infância são escolas em que o prédio é da Secretaria de Educação, mas a gestão é terceirizada, em parceria com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos. O Cepi Mandacaru de Samambaia foi inaugurado em junho de 2018 e atende 150 crianças de 0 a 5 anos, em período integral. Os pequenos têm uma rotina de alimentação om café da manhã, lanches, almoço e janta. Além disso, recebem atenção especial aos hábitos de higiene e participam de atividades pedagógicas e lúdicas.

> "Me surpreendeu muito! As crianças são bem cuidadas, têm alimentação e saem limpinhas"
>
> John Francisco Santos, pai das gêmeas Laura Santos e Stephanie Santos, de 2 anos

"É muito importante esse lugar. Deveria ter mais!", comenta John Francisco Santos. O pai das gêmeas Laura Santos e Stephanie Santos, de 2 anos, diz que se preocupava imaginando em deixar as filhas em um lugar sujo e que não cuidassem bem delas. "Me surpreendeu muito! As crianças são bem cuidadas, têm alimentação e saem limpinhas", enfatiza.

No quesito desenvolvimento das crianças, John também se diz muito satisfeito. A pequena Stephanie tinha dificuldades motoras e não falava quando chegou ao Cepi Mandacaru. Por conta das dificuldades, a menina era muito nervosa. "Agora ela já corre, já fala e está mais amorosa", conta.

Seja num Cepi, num Jardim de Infância, num Centro de Educação Infantil ou numa creche conveniada, o acesso da criança à educação infantil é um avanço social. Para a subsecretária de Educação Básica, Luciana Oliveira, a obrigatoriedade da educação infantil como primeira etapa da Educação Básica traz uma perspectiva diferente. "Esse acesso à escola na primeira infância não se resume simplesmente a ficar na escola como um espaço apenas de cuidar, mas é também um novo contexto para a criança fora da família, que tem uma integração entre o cuidar e o educar".

PLENARINHA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Foto Tiago Oliveira

A Plenarinha é um projeto da Secretaria de Educação realizado desde 2013. Trata-se de um processo pedagógico em que as crianças participam ativamente das reflexões em torno de seus direitos. É uma forma de dar voz aos pequenos sobre a percepção a situações que vivenciam na escola e na sociedade e desenvolver o protagonismo e a autonomia da criança. "A Plenarinha consiste em pensar em como que a gente pode escutar as nossas crianças, para darmos ouvidos ao que elas têm a dizer em relação à educação que elas querem e que elas desejam", explica a Diretora de Educação Infantil da Secretaria de Educação do DF, Andréia Martinez.

Em cada ano é escolhida uma temática diferente para o debate com as crianças. A Diretoria de Educação Infantil confecciona um guia com orientações aos gestores e professores, que também participam de formações para trabalhar a temática do ano com os pequenos estudantes. As atividades relativas à Plenarinha são compartilhadas entre as escolas nas etapas local e regional e culminam numa grande festa na etapa distrital.

As crianças participam ativamente dos debates e têm opiniões próprias sobre como melhorar a sociedade e o mundo. A pequena Catarina Ventura, de 4 anos, estuda no Caic Juscelino Kubitschek do Núcleo Bandeirante. Ela mostra a maquete que fizeram na escola para discutir sobre o trabalho infantil. "Criança não pode trabalhar. Precisa ir para a escola estudar e brincar". Explica na sua linguagem infantil, mas com a sabedoria de quem precisa dar um recado aos adultos.

Foto Vladimir Luz

Catarina, de 4 anos, diz que "criança precisa ir para a escola estudar e brincar"

Matrículas:

Para crianças de 4 e 5 anos, o Chamamento Público, obrigatório por lei, é realizado por intermédio do Telematrícula 156 e internet, no mês de outubro de cada ano letivo.

Para matrículas de 0 a 3 anos, o pedido pode ser feito, a qualquer momento, pelo responsável legal da criança, por meio da Central Única de Atendimento Telefônico - Telematrícula 156.

EDUCAÇÃO PRECOCE

ATENDIMENTO DIFERENCIADO COMEÇA LOGO NOS PRIMEIROS DIAS DE VIDA DA CRIANÇA

Professores trabalham o desenvolvimento pedagógico de forma preventiva

Precoce X Estimulação

A estimulação é feita por profissionais de saúde, como médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, e em ambiente hospitalar. Já a educação precoce, além de trabalhar física e cognitivamente a criança, promove a inserção dela no ambiente escolar, que é o local onde passará a maior parte da vida.

Rossana Gasparini

Pelo menos duas vezes por semana, o pequeno João Lucas de Lima Souza, de dois anos, que tem Síndrome de Down, é atendido pela educação precoce no Centro de Ensino Especial (CEE) 01 de Santa Maria. O trabalho começa na piscina - rasa e aquecida - com a professora de educação física Milene Garcia Medeiros. Como João ainda não consegue andar nem firmar os pés no chão, a atividade na água envolve equilíbrio, fortalecimento da musculatura e é onde o menino pode treinar os movimentos com mais facilidade para posteriormente desenvolver o andar no solo.

Depois da piscina, João segue para a sala de agrupamento. Nela, são realizadas atividades lúdicas com a professora de atividades Eliane Cândido dos Santos, que trabalha o desenvolvimento da fala, a identificação de objetos, a correlação entre nomes e cores.

O CEE 01 de Santa Maria é uma das 20 unidades escolares com atendimento em educação precoce, que abrange todas as regionais de ensino do Distrito Federal, única unidade da federação que desenvolve a educação precoce de forma regulamentada, há 31 anos. Em todo o DF, cerca de três mil crianças são atendidas nessa modalidade da rede pública de ensino.

Trata-se de um atendimento preventivo que pode começar logo nos primeiros meses de vida e segue até os três anos e 11 meses. Ela representa uma pequena parte do ensino especial oferecido pela rede pública de ensino do

Foto Luis Tavares

Com baixa

Foto Vladimir Luz

DF, porém, contribui imensamente para o desenvolvimento global de crianças que necessitam de um acompanhamento especializado.

Para o secretário de Educação, Júlio Gregório Filho, recepcionar essas crianças a partir do nascimento é uma visão contemporânea que traz benefícios futuros dentro da inclusão delas no ensino regular. “Apenas casos muito específicos acabam sendo encaminhados para o ensino especial. Nosso grande objetivo é que essas crianças possam ter um convívio com as demais e se desenvolvam para adquirir autonomia para toda a vida”, afirma.

Outra modalidade do ensino especial é o Estímulo Global e Visual. Quando tinha apenas oito meses, Murilo Jorge de Carvalho chegou à educação precoce do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV). O pequeno tem paralisia cerebral e foi diagnosticado também com baixa visão. A mãe, Lair de Carvalho, conta que o menino quase não enxergava e tinha o olhar perdido.

visão, Murilo já distingue cores e luzes e identifica objetos

No entanto, após o estímulo realizado, Murilo já distingue cores e luzes e identifica objetos. A professora de educação física Cláudia Rocha Martins Nunes explica que as atividades são diferenciadas porque é preciso ensinar os estudantes cegos ou com baixa visão a entender o próprio corpo e tudo o que está ao redor. “Nosso intuito é que essas crianças tenham consciência da visão que possuem. Além disso, as ensinamos a conhecer o próprio corpo, fazer movimentos para pegar objetos e acionamos os sentidos remanescentes, como o tato, o olfato e a audição”.

Já para os bebês com surdez, do Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (CEAL) a educação precoce é oferecida em parceria com a Secretaria de Educação. O foco é desenvolver a oralização desde os primeiros anos de vida.

Esse foi o trabalho realizado com Kenned Gomes dos Santos, que recebeu um implante coclear com apenas 11 meses de vida. Ele nasceu com surdez severa bilateral (ou seja, não escuta nada). Porém, hoje, ouve com a ajuda do aparelho, tem a fala totalmente desenvolvida e já frequenta a rede regular de ensino.

O pequeno Hugo Ghabriel Silva de Almeida tem três anos e logo cedo, por meio do teste da orelhinha, foi diagnosticado com surdez profunda bilateral. O pequeno não teve uma boa adaptação ao implante. Por isso, os pais, Paulo Cesar Coelho de Almeida e Eliania Pereira da Silva, optaram pela Educação Precoce Linguística, oferecida pela Escola Bilíngue de Taguatinga, da Secretaria de Educação.

Com a professora Roberta Gomes de Lima, que também é surda, Hugo está tendo o primeiro contato com a Libras, a Língua Brasileira de Sinais, que será a primeira língua do pequeno. Posteriormente, durante a alfabetização, ele aprenderá também o português escrito e assim, será bilíngue em Libras e português escrito, adquirindo autonomia para toda a vida.

Educação Precoce

CEE 01 de Brazlândia
CEE 01 e 02 de Ceilândia
CEE 01 do Gama
CEE 01 do Guará
CAIC JK do Núcleo Bandeirante
CEI 01 do Paranoá
CEE 01 de Planaltina
CEE 02 de Brasília
CEEDV
CEI 01 de Brasília
CEI 304 do Recanto d as Emas
CEI Riacho Fundo II
CEE 01 de Samambaia
CEE 01 de Santa Maria
CAIC Unesco de São Sebastião
CEE 01 de Sobradinho
CEI 04 de Taguatinga
CEI 07 de Taguatinga
Escola Bilíngue de Taguatinga

Matrículas

Os pais ou responsáveis podem solicitar matrícula a qualquer tempo, basta ter em mãos o encaminhamento médico.
Eles devem procurar diretamente os coordenadores de educação precoce nas escolas que possuem o atendimento. As turmas são montadas de acordo com as novas solicitações.

CENTROS DE LÍNGUA

ENSINO DE IDIOMAS É PASSAPORTE PARA O MUNDO

DF oportuniza estudo gratuito de língua estrangeira nos CILs

Thais Rohrer

As marcas de um mês cheio de conquistas, aprendizados e novas experiências vividas durante o intercâmbio de Thainná Rezende (**foto**) na cidade de Washington, nos Estados Unidos, foram especiais na vida da estudante. Todo o aprendizado adquirido ao longo do curso no Centro Interescolar de Línguas (CIL) 02, unidade localizada na Asa Norte, foi um verdadeiro sucesso na viagem.

"Eu ainda estava terminando o curso de inglês na época da viagem e não tive dificuldade em entender o idioma e me comunicar. O CIL realmente é uma escola ótima e com um método de ensino eficiente. Com o conhecimento que adquiri, aproveitei bem o intercâmbio, que foi uma oportunidade incrível", relembra a estudante, que fez um mês de imersão de estudos pelo programa Brasília sem Fronteiras cursando matérias de liderança e empreendedorismo na George Washington University.

O ensino nos centros interescolares de línguas vai muito além do simples aprendizado de um novo idioma. Os estudantes são incluídos no método que engloba a formação cidadã com discussão de temas atuais, cultura e outros aspectos que conectam o Brasil a outros países.

Mais estudantes falando outro idioma		
2014	8 CILs	35 mil estudantes
2018	17 CILs	46,9 mil estudantes

"Os CILs não são simples cursinhos de língua estrangeira. É um ensino complementar ao currículo escolar da Secretaria de Educação, com ciclos de aprendizagem e avaliação formativa. Inclusive, temos vários centros com projetos complementares de música, teatro e culinária", destaca Ivo Marçal, coordenador pedagógico dos centros interescolares de línguas.

A professora Denise Farias atua no CIL de Taguatinga e comenta sobre o aspecto formativo que os centros desenvolvem. "Este ano mesmo trabalhamos o tema direitos humanos na feira internacional. Os alunos faziam apresentações sobre o país que ficaram responsáveis, mostrando cultura, política, esportes e também refletiam sobre aspectos dos direitos humanos no local. É claro, que tudo era falado na língua que estudavam. Foi muito enriquecedora essa experiência", relembra.

A estudante Caroline Alves enxerga o CIL como um passaporte para o mundo. Ela estuda inglês e espanhol no CIL de Taguatinga. "O CIL é maravilhoso e me traz muitas oportunidades de crescimento. Acho a estrutura e os professores excelentes", revela a aluna.

Luzinete Fernandes é professora de espanhol do CIL 01 há 20 anos e fica emocionada ao ver a evolução dos estudantes. "Para mim o aluno tem que superar o mestre e é isso que eu vejo com inúmeros estudantes aqui do CIL. Começam tímidos e saem daqui fluentes. Tenho orgulho de fazer parte disso, e pelo ensino ser púbico", comenta a docente.

Foto Arquivo Pessoal

Aumento de vagas

Desde 2015, foram inaugurados nove Centros Interescolares de Línguas (CILs) no DF. Com esse aumento, foram criadas 10 mil novas vagas para os 17 centros existentes. Agora, há pelo menos uma unidade em cada uma das 14 regionais de ensino. Em 2018, o CILs estão com 46.934 estudantes matriculados nos cursos de línguas estrangeiras disponíveis: inglês, francês, espanhol, japonês e alemão.

O atendimento nos CILs é prioritário para estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino a partir do 6º ano do ensino fundamental. A faixa etária entre os alunos fica entre 11 a 18 anos. As vagas remanescentes são destinadas à comunidade, em cumprimento à Lei nº 5.536/2015.

Luciana Almeida está terminando o curso de japonês no CIL do Gama. Ela conseguiu cursar o idioma a partir das vagas remanescentes. "O CIL é muito organizado e com uma metodologia excelente. Gosto bastante!", elogia.

O idioma japonês é oferecido em seis unidades: Ceilândia, Gama, Paranoá, Recanto das Emas, Sobradinho e Taguatinga. Em 2019, o ensino deste idioma será ampliado também para o CIL de Brazlândia.

Capacitação contínua

Os professores que atuam nos CILs têm capacitação constante e atualizações específicas voltadas para a docência de línguas estrangeiras. O projeto pedagógico também é feito em consonância com a formação educacional proposta na rede pública. Além disso, para atuar nesses centros, os professores devem passar por uma banca examinadora que avalia a proficiência no idioma e a didática.

Em 2017 e 2018, foam desenvolvidas a matriz curricular e as diretrizes pedagógicas dos CILs. "Esse documento é um marco histórico porque alinha ainda mais o processo de trabalho. Ele foi construído de modo democrático a partir de um grupo de trabalho com a participação de professores de todas as unidades", conta o coordenador pedagógico, Ivo Marçal.

Parcerias de sucesso

Os CILs têm parcerias com embaixadas, governos estrangeiros e outras instituições interessadas para ampliar as conexões entre os países. Esses convênios capacitam professores e alunos, ampliam os materiais didáticos, oportunizam viagens de intercâmbio, cursos e muito mais.

Alguns exemplos são o programa Jovens Embaixadores, que leva alunos para os Estados Unidos; o Visita Cultural ao Japão, com intercâmbios para o Oriente; e o Escolas: uma Parceria para o Futuro (Pasch), termo de cooperação técnica firmado com o Instituto Goethe, responsável pela distribuição de bolsas de estudos na Alemanha.

Ana Clara Martins e Júlia Moreschi são estudantes do

Foto Luís Tavares

Hoje, cada uma das 14 regionais de ensino possui pelo menos uma unidade do CIL

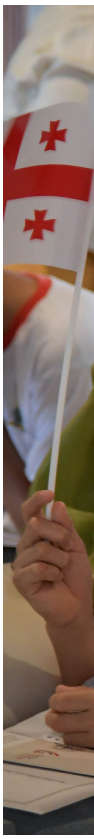


Foto Vladimir Luz

> O aluno tem que superar o mestre e é isso que eu vejo com inúmeros estudantes aqui do CIL. Começam tímidos e saem daqui formados. Tenho orgulho de fazer parte disso e de ser na escola pública
>
> Luzinete Fernandes
> professora de espanhol do CIL.

CIL 01 de Brasília, na Asa Sul, e já viajaram para a Alemanha por Pasch, programa do governo alemão formado por uma rede mundial de 1,5 mil escolas. Elas ganharam bolsa de estudos de três semanas na cidade de Frankfurt. "Foi minha primeira viagem para fora do país. Visitamos museus, cinema, teatro e conhecemos mais outras quatro cidades: Mannheim, Mainz, Heidelberg e Feldberg", relata Ana Clara. "O mundo se tornou bem menor", completa Júlia, cujo relatório foi eleito o segundo melhor dos 16 alunos brasileiros que participaram.

Outro exemplo é o projeto piloto que ofereceu aulas de mandarim para alunos do CIL 02 de Brasília, por meio de uma parceria feira com o Instituto Confúcio da Universidade de Brasília (UnB).

Os estudantes dos CILs também têm a oportunidade de participar de eventos que possam praticar as línguas estrangeiras. Mais de 200 alunos e vinte professores dos centros de línguas estiveram no 8º Fórum Mundial da Água (FMA) em março de 2018. Esse batalhão voluntário ajudou no acolhimento dos estrangeiros que chegavam no local.

> Os CILs não são simples cursinhos de língua estrangeira. É um ensino complementar ao currículo escolar da Secretaria de Educação com ciclos de aprendizagem e avaliação formativa. Inclusive, temos vários centros com projetos complementares de música, teatro e culinária

Ivo Marçal, coordenador pedagógico dos Centro Interescolares de Línguas (CILs)

EMBAIXADAS DE PORTAS ABERTAS

O programa Embaixadas de Portas Abertas, da Assessoria Internacional do Governo de Brasília, promove uma verdadeira viagem cheia de inspiração para os estudantes. Mais de 11 mil estudantes de 54 escolas da rede pública participaram das visitas em diversas sedes diplomáticas. O programa começou, como piloto, em 2015 e foi instituído oficialmente em 2017. No projeto a conexão cultural segue também com visitas que são feitas pelo corpo diplomático nas escolas participantes do Embaixadas de Portas Abertas.

Estudantes do CIL 02 de Brasília também participaram dessas visitas. Eles sentiram as emoções de conhecer a Embaixada da França e treinar o idioma aprendido em sala de aula. Foi assim que 33 estudantes de língua francesa visitaram o local em uma visita guiada à sede diplomática em novembro deste ano.

Inscrições no CILs

As inscrições para os Centros Interescolares de Línguas (CILs) são feitas a cada semestre pelo site da Secretaria de Educação (www.se.df.gov.br). Alunos da rede pública de ensino que estejam matriculados do 6º ao 9º anos dos ensinos fundamental e médio e 2º e 3º segmentos da educação de jovens e adultos (EJA) podem se candidatar.

VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

CUIDADOS COM QUEM CUIDA DA EDUCAÇÃO

Professores saudáveis, preparados e motivados desempenham melhor o papel de educador

João Gabriel Amador

A Secretaria de Educação do Distrito Federal conta hoje com 26.590 professores ativos, conforme dados da pasta de dezembro de 2018, além de aproximadamente 9 mil professores substitutos, solicitados em casos de vacâncias temporárias decorrentes de afastamentos, licenças, entre outras razões. Somente no caso de afastamentos de sala de aula para gestão escolar são cerca de 2 mil substituições provisórias.

Implementado em 2016, o plano denominado Carência Zero impede que estudantes fiquem sem aula por falta de professor desde o primeiro dia letivo. Um dos fatores que ajudaram a reverter o quadro foi a nomeação de 2.335 professores a partir de 2015, em disciplinas variadas e aprovados nos concursos realizados em 2013 e 2016. O processo de contratações temporárias também ganhou mais agilidade e eficiência.

A Secretaria de Educação investiu também no relacionamento mais próximo com as escolas para evitar a falta de professores. “Temos um representante em cada regional de ensino. Eles mantêm a comunicação e informam em quais localidades falta

Foto Tiago Oliveira

ou sobra profissional. Dessa forma, agilizamos processos de transferência e remanejamento antes do início das aulas", explica a subsecretária de Gestão de Pessoas, Kelly Bueno.

A tecnologia também tem sido uma aliada do programa. A principal ferramenta é o **Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep)**, que reúne informações diversas, seja das escolas, como matrículas e vagas demandadas, seja dos servidores da educação, como contatos pessoais e preferências de local de trabalho.

Mas nem só a desburocratização mantém uma rede de professores ativa. É preciso haver incentivo e capacitação. "Os profissionais da carreira magistério são imprescindíveis para a educação, e para que o trabalho seja de excelência, é preciso que cada um deles esteja saudável, motivado e preparado para exercer o ofício", reconhece o secretário de Educação, Júlio Gregório Filho.

Uma das motivações para os docentes está na remuneração da rede pública do DF, uma das maiores do país. Atualmente os professores com carga horária de 40 horas semanais recebem vencimentos de R$ 3.858,87. Os profissionais do magistério ainda recebem auxílio para alimentação (R$ 394,50), saúde (R$ 200) e gratificação pedagógica (R$ 1.157,66). Assim, um professor da rede pública do DF ganha mensalmente, no mínimo, R$ 5.611,03.

Esse valor pode ser ainda maior, conforme o tipo de atividade desenvolvida ou local de atuação. Professores que atuam na alfabetização, no ensino especial, no suporte educacional, por exemplo, recebem gratificações calculadas por meio de porcentagens sobre os vencimentos. O mesmo vale para educadores que trabalham em escolas de áreas rurais ou em estabelecimentos de restrição e privação de liberdade. Assim, estimula-se o trabalho amplo e plural dentro da rede pública.

Mulheres Inspiradoras

O Mulheres Inspiradoras foi idealizado no Centro de Ensino Fundamental 12 de Ceilândia, e envolveu a participação de 480 alunos. O projeto foca na leitura de obras sobre mulheres renomadas, que mostram exemplos de mulheres fortes, de diferentes classes sociais, cor da pele, nível de alfabetização e nacionalidade. Em seguida, os estudantes pesquisavam sobre a biografia de 10 mulheres que fizeram importantes contribuições à humanidade na defesa dos direitos humanos, como Anne Frank, Carolina Maria de Jesus, Malala e Maria da Penha, por exemplo.

Como resultado, Gina recebeu várias premiações, entre as quais o 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos da Presidência da República (2014); o 8º Prêmio Professoras do Brasil, do Ministério da Educação (2014); e o 1º Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos da OEI (2015). As honrarias renderam mais de R$ 100 mil, investidos na unidade de ensino de Ceilândia.

O Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep) foi implantado com o objetivo de radiografar o quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação do DF. A ferramenta otimiza, agiliza e auxilia nas ações de gestão dos profissionais da educação nos âmbitos das unidades escolares e administrativas da SEEDF.

O sistema foi desenvolvido e implantado no ano de 2011 na Coordenação Regional do Guará e, recentemente, adotado por toda a rede. Entre os benefícios do sistema, estão a padronização das rotinas efetuadas pelas estruturas de gestão de pessoas; a integração com os sistemas Ieducar, Sigrh e Gespro; a melhoria na gestão dos servidores lotados nas escolas, principalmente em relação a controle de abonos, atestados médicos, distribuição de turmas, apoio a modulação da Carreira Magistério, controle de carências e Remanejamento Interno e Externo da Carreira Magistério.

Hoje aproximadamente 28 mil usuários têm acesso ao sistema.

Fotos Daniel Fama

SAÚDE E BEM ESTAR

O bem estar dos professores é outro ponto importante para o bom trabalho. Em parceria com instituições de ensino superior, a Secretaria de Educação tem realizado pesquisas para identificar principais causas de afastamentos e licenças médicas.

Segundo os relatórios preliminares, o desgaste emocional está entre as principais causas do absenteísmo (quando o trabalhador fica afastado de seu trabalho). Para mudar esse panorama, a pasta tem implementado atividades para promover o bem-estar e a qualidade dos profissionais. Uma das iniciativas é o Programa "De Bem", que engloba ações diversas como aulas de música, dança, canto, esportes e artes marciais voltadas para os professores e ministradas também por servidores da rede.

Por enquanto, o programa está em fase piloto e conta com 100 participantes, todos da Coordenação Regional de Ceilândia. "Mas os planos são de expansão para todas as regionais, uma vez que a aceitação foi grande. Outras atividades, como palestras, cursos e até caminhadas já estão previstas para os próximos anos", ressalta a subsecretária de Gestão de Pessoas, Kelly Bueno.

Nos casos em que as medidas preventivas não são suficientes, mas que os docentes ainda apresentam capacidade laboral, é possível buscar a readaptação dentro da própria rede. Atualmente, 2.179 educadores estão nessa situação e exercem funções variadas, principalmente técnico-pedagógicas, em que podem colocar em prática seus conhecimentos.

CAPACITAÇÃO

Foto Daniel Fama

Cursos de capacitação oferecidos durante o ano todo podem ser presenciais ou à distância

Manter-se atualizado também é fundamental para a melhoria na Educação. Para isso, os professores da SEEDF contam com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, conhecido como Eape, que disponibiliza diversos cursos para os docentes.

Os temas são os mais variados possíveis. Jogos pedagógicos, direitos humanos, ensino especial, prevenção de violência na escola, combate à dengue e educação para jovens e adultos são apenas alguns dos assuntos abordados pelos cursos oferecidos, que podem ser presenciais ou à distância. Para ministrar cursos de temas tão diversos, a instituição desenvolve parcerias com outras entidades, como Unicef, Detran-DF, Secretaria de Saúde do DF e Universidade de Brasília (UnB).

O Centro recebeu, por exemplo, o treinamento de professores para a expansão do Projeto Mulheres Inspiradoras na rede pública. A capacitação, realizada em 2017, possibilitou que 47 docentes levassem os ensinamentos sobre empoderamento feminino para aproximadamente 2 mil estudantes. “Existem projetos que surgem do ambiente acadêmico e tentam ser colocados em prática nas escolas, mas acabam não funcionando por não se encaixarem na realidade daquela comunidade escolar. Por isso, é tão importante o surgimento desses projetos por quem conhece a realidade daquele local”, destacou, na época, o secretario Júlio Gregório Filho, sobre a importância da participação dos professores para o projeto.

Além da Eape, os educadores da rede pública podem buscar especialização em universidades, com direito a afastamento remunerado para estudos.

A professora de biologia Rosane Marques aproveitou a oportunidade e, em 2015, ingressou em um mestrado na UnB voltado para o ensino de ciências na escola. Os estudos ajudaram na criação do projeto Pirá-Brasília, desenvolvido com estudantes do Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek (CEM JK), na Candangolândia. “Esse afastamento foi muito importante, pois me deu condições de focar nos estudos. Assim, pude aplicar os dados e ter sucesso no projeto”, relembra a educadora. “Essa política pública de formação continuada permite um trabalho de excelência, pois temos contato com uma literatura mais atual e voltamos profissionais melhores, mais reflexivos e atuantes”, completa.

Os resultados do estudo e do projeto ficaram evidentes. As ações promovidas pela escola, como a limpeza e o reflorestamento da área de um córrego, chamaram a atenção e receberam diversas premiações, inclusive internacionais.

Outro caso de sucesso decorrente dos estudos acontece no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 do Cruzeiro, escola em que o professor Erizaldo Cavalcanti desenvolve o projeto “Curta um Curta”, festival de curtas-metragem realizado por estudantes da unidade.

Após muitos anos dando aula de física, Zaldo, como é conhecido, também fez especialização na área educacional. Foi durante os estudos que elaborou o projeto para inserir o uso benéfico do celular em sala de aula. “Percebi que a escola costuma condenar o uso dessa tecnologia, em vez de estimular a utilização adequada, com fins educativos. Resolvi então mergulhar nesse mundo e ajudar esses jovens a colocar as ideias em prática”, relata o educador.

A ideia deu certo e Erizaldo foi um dos vencedores regionais do prêmio “Professores do Brasil” em 2017. Atualmente, o “Curta um Curta” já está em sua 4ª edição e conta com a participação de mais de 400 estudantes.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MERENDA CONTA COM SABOR, NUTRIÇÃO E ECONOMIA

Refeições servidas nas escolas públicas do DF são temperadas com qualidade e conscientização

João Gabriel Amador

Imagine servir diariamente refeições para cada pessoa de uma cidade com 400 mil habitantes. Parece difícil, né? Mas para a Secretaria de Educação, esse é apenas um trabalho rotineiro no atendimento aos estudantes contemplados pela alimentação escolar na rede pública.

No total, 669 escolas são atendidas pelo programa de alimentação escolar, que serve refeições para estudantes de todas as idades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os números impressionam. Em 2017, foram oferecidas mais de 98 milhões de refeições nas escolas. Neste ano, até novembro, a quantidade já superava os 82 milhões.

Para tantos pratos, foram utilizadas em 2017 mais de 4,5 mil toneladas de alimentos não perecíveis, além de outras 6,4 mil toneladas de produtos frescos, com a distribuição de 68 diferentes gêneros alimentícios para as escolas.

O volume de atendimento só é possível graças a muito planejamento. E nos últimos anos, a tecnologia tem ajudado nesse trabalho. De 2015 para cá, a Diretoria de Alimentação Escolar implementou sistemas digitais para processos que vão das compras ao armazenamento dos alimentos. “Com esses avanços, pudemos diminuir o número de notas empenhadas, agilizar pagamentos, fazer o controle diário de distribuição e de estoque de escolas, entre outros benefícios”, aponta a diretora da área, Kelen Pedrollo. “Dessa forma, evitamos desperdícios, podemos fazer planos individualizados para as escolas e acompanhamos de forma mais ágil as ações”, completa.

As mudanças geraram resultados positivos até na execução das verbas. Em 2015, por exemplo, a gestão da alimentação escolar contava com um superavit de R$ 21 milhões, resultado de verbas não executadas nos anos anteriores. Neste ano, o valor total investido chegou a R$ 79 milhões, sendo que apenas R$ 1 milhão não teve execução, o que significa um uso efetivo do investimento, permitindo uma alimentação mais variada e completa para os estudantes.

NÚMEROS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

68	ALIMENTOS DIFERENTES
669	ESCOLAS ATENDIDAS
10.900	TONELADAS DE ALIMENTOS
400.000	ALUNOS CONTEMPLADOS
98.000.000	REFEIÇÕES ANUAIS

Foto Tiago Oliveira

QUALIDADE NO PRATO

Mas não é apenas em volume que a alimentação escolar se destaca. Diversas ações têm sido tomadas para melhorar a qualidade do serviço prestado aos estudantes. A começar pelo acompanhamento periódico de nutricionistas da SEEDF nas escolas.

Os profissionais são responsáveis, entre outras atividades, por elaborar os cardápios oferecidos nas unidades, levando em consideração peculiaridades dos alunos, necessidades nutricionais, hábitos alimentares regionais, além de atender as legislações vigentes.

A opinião dos próprios alunos é levada em consideração. Nos últimos quatro anos, foram realizados mais de 60 testes de aceitabilidade nas escolas, com intuito de avaliar a inserção de novos alimentos ou a manutenção de gêneros presentes nos cardápios.

O acompanhamento contínuo permitiu várias mudanças. Um exemplo é a troca na proporção de lanches doces e refeições salgadas. Até o início deste ano, o planejamento previa a oferta semanal de dois lanches doces, compostos normalmente por biscoito ou pipoca e um suco, e três refeições salgadas, mais robustas, nos demais dias. Após avaliação da diretoria de alimentação, por meio de pesquisas e planejamento financeiro, o cardápio passou a contar com quatro refeições salgadas semanais e um lanche doce.

Mudanças também foram implementadas no ensino integral, com a inserção de refeições nos dois turnos de estudo, bem como na educação de jovens e adultos, no turno noturno. “Demos a opção para as escolas que contam com essa modalidade de ensino (EJA) à noite de oferecerem as refeições para os estudantes. A maioria acatou, atendendo ao desejo dos alunos”, relata Kelen Pedrollo

Medidas ainda foram tomadas para promover o consumo de alimentos mais saudáveis, como a troca total de refrescos por sucos naturais e a diminuição nos contratos de proteínas enlatadas, que deram lugar a carnes in natura.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Outro papel dos profissionais de nutrição é o fomento da educação alimentar nas escolas, levando conhecimento para os colaboradores responsáveis pelo preparo dos alimentos, professores e estudantes da rede pública. No total, foram realizadas 332 ações desse tipo desde 2016, impactando milhares de pessoas.

Foto Tiago Oliveira

A autonomia dos pequenos alunos ganhou estímulo com o projeto "Alimentação na Educação Infantil - Mais Que Cuidar: Educar, Brincar e Interagir". A iniciativa tem como base a substituição dos utensílios utilizados para servir os alimentos. Os antigos pratos e talheres de plástico foram trocados por pratos de vidro e talheres de metal. Pode parecer uma mudança pequena, mas a troca visa valorizar o proeto da refeição e aumentar a autoestima dos estudantes. O autosserviço contribui para esse processo, uma vez que o aluno tem a oportunidade de começar a se ver de forma mais ativa no ato de comer.

Os adolescentes também foram incluídos por meio do Projeto "Alimenta Aí, Galera", que contou com a participação da Secretaria de Saúde do DF e da Universidade de Brasília (UnB). A ação foi motivada pelos resultados do Estudo Nacional Multicêntrico sobre Risco Cardiovascular em Adolescentes, que mostraram que 23,5% dos escolares do DF apresentavam pelo menos um fator de risco cardiovascular, como pressão arterial, colesterol, triglicerídeos, glicemia, hemoglobina glicada ou insulina alterados. Assim, o projeto desenvolveu ações de educação alimentar e nutricional entre jovens de escolas públicas, voltadas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, mediante a formação de profissionais da área da saúde e educação. Foram realizadas gincanas, concurso de murais, palestras entre outras atividades.

Mas esse esforço seria em vão sem a ajuda fundamental de quem vive na cozinha. Atualmente, a Secretaria de Educação conta com mais de 2 mil merendeiros e merendeiras nas escolas públicas. É o caso do Divino Rocha de Alvarenga, que trabalha na Escola Classe 03 do Núcleo Bandeirante e foi um dos cinco finalistas do Distrito Federal em 2017 no Concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, promovido pelo Ministério da Educação (MEC).

Com um fricassê colorido, ele conseguiu conquistar as crianças da escola, "Já trabalho há muitos anos em cozinha, o que ajudou na criação. Muitos alunos que não comiam beterraba ou espinafre acabam tomando gosto pelos legumes", disse, orgulhoso, o cozinheiro.

Para manter a qualidade das preparações, os merendeiros passam por cursos de aperfeiçoamento periódicos, além de projetos como o "Chef e Nutri na Escola".

No DF, a gastronomia é uma aliada do programa. Desenvolvido há dois anos, o "Chef e Nutri da Escola", por exemplo, é uma parceria com um chef profissional, que visita escolas para desenvolver, com a ajuda dos merendeiros, preparações novas, utilizando os produtos disponíveis. Os estudantes também participam do processo e auxiliam na distribuição dos pratos para os colegas. Ao final de cada ano, o chef ainda ministra um curso para merendeiros da rede.

Foto Luís Tavares

Pequenos produtores do DF também são beneficiados pela alimentação escolar da rede pública

PRODUTOS DA TERRA

Além dos estudantes, a alimentação escolar tem beneficiado outro público: os pequenos produtores agrícolas do DF. A parceria ganhou força especialmente no último ano, quando o investimento na aquisição de produtos da agricultura familiar praticamente dobrou.

Em 2018, cerca de R$ 12 milhões foram destinados para a compra de 29 diferentes alimentos, oriundos de 12 cooperativas de pequenos agricultores. As frutas, verduras e legumes colhidos chegaram a 397 escolas da rede pública. Atualmente, 45% das hortaliças usadas na alimentação escolar são provenientes da agricultura familiar

Os benefícios são muitos. A parceria se tornou a principal fonte de renda de muitos agricultores familiares do DF, como relata Maria do Socorro Marques, presidente da Associação de Produtores Rurais Novo Horizonte Betinho, em Brazlândia. "Os resultados são excelentes, pois dá segurança aos produtores. Eles sabem que receberão a quantia do contrato e podem investir em seu negócio. É muito bom, pois as vendas no varejo sofrem alterações e nem sempre garantem o sustento deles".

A presidente da associação ainda relembra que o apoio dificulta a ação de grileiros. "Uma vez que os agricultores garantem uma vida digna, tornam-se menos propensos a venderem suas terras ou parcelarem o terreno de forma ilegal".

A previsão para o próximo ano é de que a parceria cresça ainda mais. A meta é que todas as escolas atendidas pela alimentação escolar recebam alimentos de produtores locais.

PALAVRA DA ESPECIALISTA

"A alimentação escolar é antes de tudo um direito do aluno. As crianças e adolescentes ficam muito tempo na escola, portanto é nosso dever suprir a necessidade nutricional e garantir a segurança alimentar delas. É mais do que comprovado que uma alimentação adequada melhora o rendimento escolar e traz um desenvolvimento saudável. Por isso, frutas, verduras, hortaliças e proteínas são amplamente oferecidas a esses estudantes. Além desse papel, cabe a nós também levar conhecimento às escolas sobre uma boa alimentação. Nesse aspecto, o ambiente escolar é importante, pois ao ver colegas e professores se alimentando de forma saudável, a criança ganha um estímulo para também comer de forma saudável, levando boas práticas inclusive para a família." – Sumara de Oliveira Santana, nutricionista da SEEDF.

DADOS	2015	2016	2017	2018*
Produtos	12	12	23	29
Investimento Executado	R$ 1.463.270,58	R$ 1.444.724,56	R$ 4.868.475,04	R$ 9.000.000,00*
Cooperativas Participantes	3	3	7	12
Escolas Atendidas	158	158	186	397

*previsão

GESTÃO ESCOLAR

DIRETORES QUE FAZEM A DIFERENÇA PARA A COMUNIDADE

Aposta na gestão descentralizaa ajuda a construir escolas melhores para o Distrito Federal

Rossana Gasparini

Já pensou entrar em uma escola e ter a chance de conhecer um mundo totalmente diferente, cheio de novidades, de tecnologias sustentáveis, de estudantes empenhados e professores motivados? Pois essas são características de muitas unidades da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF). Tudo graças à descentralização administrativa da rede, ao incentivo à gestão democrática e ao trabalho de gestores que merecem prêmios pela sua atuação.

Desde 2007, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) chegou para facilitar a vida de diretores das escolas públicas do DF e gerar autonomia financeira para as unidades escolares e coordenações regionais de ensino (CREs), nos termos dos projetos político-pedagógico e planos de trabalho de cada uma delas. Em 2017, o PDAF passou por uma reformulação, por meio da Lei Distrital nº 6.023, trazendo novos aspectos, promovendo mais transparência para o processo e proporcionando respaldo para os gestores.

Assim, os recursos vão diretamente para a escola e os diretores podem utilizá-los de diversas maneiras, como compra de materiais de consumo, contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, pagamento de despesas com água, esgoto, energia elétrica, telefonia fixa, banda larga, gás, compra de materiais permanentes, entre outros gastos previstos na legislação.

Segundo o subsecretário de Administração Geral (Suag), Francisco das Chagas Paiva, os recursos são consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do DF. "O cálculo é feito com base no número de estudantes matriculados conforme o Censo Escolar e os valores podem variar de acordo com as etapas e modalidades de ensino. A liberação dos recursos do Pdaf para cada exercício depende ainda dos gestores, visto que é necessária a prestação de contas correta dos anos anteriores ao da solicitação".

Mas, além da descentralização dos recursos, a implementação do processo eleitoral para os cargos de diretor e vice-diretor fez com que a gestão das escolas melhorasse e ganhasse o apoio e a fiscalização de toda a comunidade escolar. Desde que o modelo democrático foi implantado, escolas e comunidade têm aderido e participado ativamente de toda a vida escolar dos estudantes, o que contribui para o desenvolvimento das unidades escolares como um todo e dos alunos

> São os gestores das escolas que possuem o conhecimento das reais necessidades dos estudantes, dos professores e do espaço físico
>
> Cláudia Barreto, subsecretária

Foto Luís Tavares

individualmente. Pela lei, os mandatos são de três anos. O Conselho Escolar também é eleito e pode ser composto por até 21 membros, dependendo da quantidade de estudantes da escola. As próximas eleições para direção estão previstas para novembro de 2019.

Para a subsecretária de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (Suplav), Cláudia Barreto, tanto a gestão democrática quanto a descentralização administrativa e financeira vêm para envolver toda a comunidade escolar no processo de aprendizagem do estudante. "São os gestores das escolas que possuem o conhecimento das reais necessidades dos estudantes, dos professores e do espaço físico. Por isso, nada mais justo que oferecermos a eles mais autonomia, sempre com base nas regras e normas da Secretaria de Educação. Tudo isso gera mais engajamento para o desenvolvimento de projetos, fortalecendo a escola e contribuindo para o aprendizado dos alunos", explica.

Injeção de afeto

Há sete anos, quando assumiu a gestão da Escola Classe 116 de Santa Maria, a diretora Lúcia D'Arc Rodrigues (**foto**) tinha um desafio imenso pela frente: mudar o clima ruim que reinava entre professores, estudantes e comunidade escolar. O primeiro passo foi modificar as cores da escola e harmonizar a pintura. "Resolvi colocar cores mais suaves para deixar o ambiente mais leve", conta.

Depois, ela promoveu um almoço para todos os professores e logo no momento do convite, deu um abraço em cada um deles e os chamou para conhecer a Gincana do Afeto. "O ambiente da escola tinha uma energia ruim, parece que havia sempre uma competição e não se chegava a uma solução para os problemas. A gincana durou cerca de um mês, mas foi fundamental para iniciar a mudança dessa situação".

Um simples abraço e um sorriso carinhoso foram o ponto chave para a disseminação do afeto, do respeito e da educação entre estudantes, professores e toda a comunidade escolar. "Hoje o clima é totalmente diferente e isso ajuda a propiciar uma melhor aprendizagem para os estudantes e o desenvolvimento da nossa escola como um todo".

Desenvolvimento esse que deixou a escola mais bonita e organizada. Com os recursos do Pdaf, Lúcia renovou a pintura, comprou material pedagógico e outras ferramentas para o ensino dos estudantes e fez as manutenções que foram necessárias. "Esses recursos são muito importantes para a autonomia da escola. Temos de usá-los da melhor maneira possível e sempre com planejamento".

A unidade também recebeu grandes obras com recursos da Secretaria de Educação, como a ampliação da cozinha e do pátio e a reforma dos banheiros. "Mesmo que essas obras sejam de responsabilidade da pasta, nós gestores temos de acompanhar de perto, porque é dentro da nossa escola e o benefício será para os nossos estudantes. Quando foi necessário intervir para melhorar o que seria reformado, conseguimos articular para tudo fosse realizado da melhor maneira possível. Acredito que a escola tem a cara do gestor. Por isso, trabalho para que nossa unidade seja reconhecida como uma das melhores do Distrito Federal", explica Lúcia.

Evolução do PDAF

Confira a evolução do PDAF nos últimos anos:	
2014	R$ 43 milhões
2015	R$ 67 milhões
2016	R$ 85 milhões
2017	R$ 118 milhões
2018	R$ 143 milhões

PARCERIA E CUMPLICIDADE QUE RENDEM PRÊMIOS

A diretora Sheila Pereira da Silva Mello e a vice-diretora Gedilene Gomes de Almeida dão um exemplo de parceria na gestão do Centro Educacional (CED) Agrourbano Ipê, no Riacho Fundo. Sheila é diretora da escola desde 2008. Ela e a vice Gedilene costumam compartilhar todas as ideias e respeitar a opinião de cada uma, encarando todos os desafios que surgem. "Se não houver parceria, os projetos não acontecem", conta Sheila.

A parceria vai além da direção do CED Agrourbano Ipê e se estende também para os professores, estudantes e comunidade escolar. "O modelo de gestão escolar da SEEDF preza pela participação democrática, promovendo a eleição dos diretores e vices. Então, aqui na escola, também queremos promover esse tipo de gestão, acolhendo todas as ideias de projetos dos professores e estudantes e fazendo com que saiam do papel", explica Gedilene.

No CED Agrourbano Ipê, tudo é planejado com muito zelo. Logo no início do ano, a direção se reúne para elaborar o planejamento financeiro, ou seja, como serão utilizados os recursos do Pdaf. Depois, o Conselho Escolar também participa da alocação dos recursos para as prioridades e tudo isso fica registrado em documento. "Essa descentralização é muito importante para a escola porque assim podemos utilizar os recursos para o que realmente necessitamos, dentro dos limites da legislação", ressalta Sheila.

Toda essa organização e empenho da diretora e da vice-diretora já renderam para a escola diversos prêmios. Este ano, a unidade foi finalista do prêmio Zayed Sustainability Prize e por isso, direção e estudantes foram para Dubai, nos Emirados Árabes, conhecer ideias sustentáveis, que serão, posteriormente, implementadas na unidade.

Este ano, a escola também levou para casa o prêmio Green Move Festival de alimentação saudável. "É um incentivo para os estudantes, especialmente porque muitos deles vêm de famílias carentes e, por meio dos projetos da escola, podem conhecer outras perspectivas de vida, fazendo com que queiram batalhar para ter condições melhores no futuro. Queremos sempre ser exemplo para nossos estudantes", ressalta Sheila.

> "Se não houver parceria, os projetos não acontecem"
>
> Sheila Pereira Mello e Gedilene Gomes de Almeida, diretora e vice de escola

Fotos Luís Tavares

PROJETOS EXTRACURRICULARES

O ESTUDANTE É PROTAGONISTA

Iniciativas buscam revelar e desenvolver talentos dentro das escolas. Linguagens alternativas, como cinema, música e robótica transformam o aluno no condutor do aprendizado

Foto Vladimir Luz

A estudante Maria Luiza foi uma das vencedoras do concurso de redação que acontece desde 2015 na rede pública de ensino

Guilherme Marinho

O material escolar não é a única ferramenta de um estudante. Instrumentos musicais, engenhocas tecnológicas, robôs, equipamentos esportivos, câmeras de vídeo e até celulares podem ser incorporados para tornar a experiência educacional mais completa. É com o objetivo de desenvolver talentos que a Secretaria de Educação do Distrito Federal incentiva diversos projetos pedagógicos alternativos, como festivais de música, de filmes de curta-metragem, jogos esportivos, concursos de redação, circuito de ciências dentre dezenas de outros.

A subsecretária de Educação Básica, Luciana da Silva Oliveira, reforça que a escola é um espaço para além da sala de aula, que traz possibilidade aos estudantes de participação em diferentes contextos de aprendizagem. "Esses programas acabam fomentando e fortalecendo o objetivo maior da escola que é o processo de escolarização, o acesso à cultura e a aproximação daquilo que é a aquisição de conhecimentos socialmente compartilhados", explica.

Maria Luiza Martins da Silva (**foto**), de 17 anos, viu nesses projetos uma chance de se destacar. A estudante do Centro Educacional (CED) 03 de Sobradinho foi uma das vencedoras do **Concurso Jovem Escritor**. O intuito da disputa é ampliar e fomentar a leitura e escrita, além de preparar os jovens para o Enem, e contou com a participação de mais de 20 mil alunos de escolas públicas, privadas e militares do DF.

"Foi meu segundo prêmio de redação no mesmo ano", revela. A primeira conquista foi o Escolas Green, do Green Movie Festival. A jovem já tem planos para o futuro. "Vou fazer publicidade e quero escrever um blog", avisa.

Para a subsecretária da área pedagógica, os projetos motivam os estudantes e acabam por fortalecer essa aprendizagem, trazendo um aspecto essencial que é o protagonismo. No circuito de ciências, por exemplo, durante as apresentações os estudantes acabam explicando e tentando passar para as pessoas os conceitos científicos que eles aprenderam com o projeto. "O aspecto crítico também é muito visível, a criticidade, a possibilidade de questionar, de analisar se mostra muito forte e está no centro desses projetos. Não só a perspectiva de reproduzir aquele conhecimento, mas ir além e pensar sobre, questionar e produzir algo novo", finaliza Luciana Oliveira.

Foto Tiago Oliveira

Celeiro musical

Brasília é conhecida nacionalmente como a capital do rock, revelando para o Brasil e para o mundo nomes como Renato Russo, Dinho Ouro Preto, Cássia Eller e outros ícones. Muitos deles revelaram os talentos musicais dentro dos muros das escolas. E foi com este intuito que nasceu o **Festival Interescolar de Música das Escolas Públicas do DF**. Com objetivo de descobrir talentos entre os alunos e promover o resgate de culturas dentro das escolas, a iniciativa chegou à terceira edição neste ano. Para disputar, os estudantes devem apresentar uma música de autoria própria e participar das seletivas nas coordenações regionais de ensino.

Na primeira edição, em 2016, das 14 presentações que concorreram, o artista Lucas Ágape (**foto**), do CED 03 de Brazlândia, saiu vencedor. No ano seguinte, os estudantes do Centro de Ensino Médio 414 de Samambaia Norte conquistaram o primeiro lugar e levaram para casa R$ 3 mil, além do troféu. Eles formam a banda Hippie22.

Este ano, o prêmio principal ficou com a banda Vmom da Coordenação Regional de Ensino do Recando das Emas. “A banda é de 2015 e sonhamos estar aqui”, comemoram os meninos, que também embolsaram R$ 3 mil durante a premiação.

Neste ano, o evento contou com a apresentação da banda de punk rock Detrito Federal, fundada em 1983, no Centro Educacional Setor Leste. O professor da rede pública e vocalista da banda Alexandre Podrão é um grande incentivador do festival. “Iniciativas como estas me colocaram no mundo do rock. Eventos como estes eu acho muito interessante porque provam a resistência, a mentalidade que ainda persiste em estar fomentando, germinando os nossos artistas, os nossos talentos nas regionais. A garotada está aí com força total”, enfatiza o cantor.

> “Iniciativas como estas me colocaram no mundo do rock”
>
> Alexandre Podrão, cantor e professor

Segundo o coordenador do festival, Juscelino Nunes de Carvalho, são muitos talentos. “São alunos, crianças que já têm uma música autoral, porque isso, é muito importante. E eles saem daqui para a vida, um futuro próximo e falam ‘cara, eu participei de um festival’. Eles já são vencedores”, finaliza.

Uma ideia na cabeça e um celular na mão

O **Festival de Filmes de Curtas-Metragem das Escolas Públicas de Brasília** nasceu em 2015. Mais do que incentivar o lado autoral e criativo dos estudantes, um dos objetivos principais é proporcionar o intercâmbio cultural entre os próprios jovens. "Os alunos já desenvolviam esse trabalho do audiovisual nos celulares e no Youtube, então vimos que era importante incentivar mais o lado cineasta do estudante", afirma Maria do Carmo Alvarenga, uma das idealizadoras do festival. No mesmo ano, surgiu uma parceria com o Festival de Brasília de Cinema de Brasileiro. Os filmes são exibidos na maior mostra da sétima arte da capital.

Com a participação de um professor mediador, os estudantes fazem tudo: roteiro, direção, atuações, montagem e fotografia. E todas essas categorias são premiadas, além, é claro, do melhor filme. Daniel Lucas Fernandes de Sena, 20 anos, foi o ganhador de Melhor Direção e Melhor Roteiro no primeiro festival. O rapaz tomou gosto pelo ofício e atualmente cursa cinema em uma faculdade do DF, além de trabalhar em uma produtora com montagem e edição.

Foi logo no ensino fundamental que Daniel começou a ter interesse sobre como essa linguagem (a do cinema) funciona. Ver sons e imagens articulados de uma maneira que comunique algo começou a se tornar uma coisa muito curiosa para ele. "Mas eu não produzia, sempre via como algo distante que sempre quis fazer. E depois de acompanhar mais e mais, a necessidade de querer comunicar algo, seja lá o que fosse, foi crescendo cada vez mais em mim", ele conta.

Só depois, no ensino médio, quando a irmã lhe deu uma câmera e ele realmente começou a fazer algumas filmagens a vontade de entrar para o mundo do cinema cresceu cada vez mais e se tornou absoluta. "Desde então eu não parei", conta o morador de Santa Maria.

Daniel tem certeza de que a iniciativa é mais do que positiva. "O festival foi importante porque justamente trouxe essa possibilidade distante que eu não via. A de que um estudante do ensino médio de uma escola pública pode sim se tornar um formador de opiniões através do cinema", comemora.

Hoje, com a produtora, Daniel já teve dois filmes em uma mostra paralela de curtas universitários no Festival Curta Brasília. O mesmo curta premiado no festival das escolas públicas também foi exibido e discutido no Brasília em Plano Aberto. "Já ganhamos o prêmio 'Melhor uso inovador dos elementos criativos' no Festival Rio 72h e recentemente criamos um evento que divulgava curtas e músicos da cidade, o Scambo Fest. Ainda tive um curta experimental exibido no LoboFest", lembra.

Durante quatro anos (de 2015 a 2018), mais de 500 filmes foram inscritos para as edições do Festival de Curtas-Metragens das Escolas Públicas de Brasília. A ação é uma parceria entre as Secretarias de Educação e de Cultura.

Foto Tiago Oliveira

Medalhistas do futuro

O fomento ao esporte é uma das prioridades da Secretaria de Educação do DF. Este ano, para participar do maior evento estudantil esportivo do Brasil, os **Jogos Escolares da Juventude**, que chegou à 12ª edição, a pasta enviou para Natal (RN) 224 alunos de 83 escolas públicas e privadas. No total, mais de 5 mil atletas de todo o país, de 12 a 17 anos, competiram. O DF finalizou o torneio em terceiro lugar com 38 medalhas. Catorze subidas ao pódio foram feitas por estudantes da rede pública de ensino.

Ryan de Sousa Lima, 17 anos, aluno do 9º ano do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 602 do Recanto das Emas, e a namorada, Sabrina da Silva Costa, 17, estudante do 2º ano do ensino médio do Centro Educacional (CED) 104, também no Recanto das Emas, são alguns dos atletas que representaram o DF na competição.

Ryan começou a treinar atletismo aos oito anos e desde então não parou mais. Sabrina iniciou-se nas competições da mesma modalidade aos 13. O casal aproveita a afinidade que vai além do esporte para praticar junto. São, em média, quatro horas de treinamento por dia. Quando há alguma disputa, a intensidade aumento e pode chegar a cinco horas de atividade física diária.

Graças ao esporte, os estudantes puderam visitar outros lugares do mundo. Os jovens competiram no Marrocos, de onde Ryan trouxe uma medalha de ouro. "Foi uma experiência muito boa representar não só minha cidade, mas também meu país. Sensação de missão cumprida, de alegria, e de saber que todos estavam torcendo por mim. Agora vou conquistar mais medalhas e treinar mais para conseguir chegar a uma Olimpíada", garante o atleta.

Para Sabrina, o esporte proporcionou uma oportunidade que ela levará pela vida toda. "Foi uma experiência única, uma realização de um grande sonho, além de ir para fora do Brasil, conhecer pessoas novas e culturas foi algo inexplicável", revela.

Já a 12º edição das **Paralimpíadas Escolares**, maior evento do mundo para jovens esportistas com deficiência em fase escolar, foi realizada de 19 a 23 de novembro, em São Paulo. De lá, o DF garantiu o terceiro lugar geral na classificação pelo segundo ano consecutivo. No total, os estudantes de Brasília trouxeram para casa 54 medalhas - 21 ouros, 19 pratas e 14 bronzes - conquistadas por 68 atletas, em 2018.

Foto Luís Tavares

Jovens cientistas

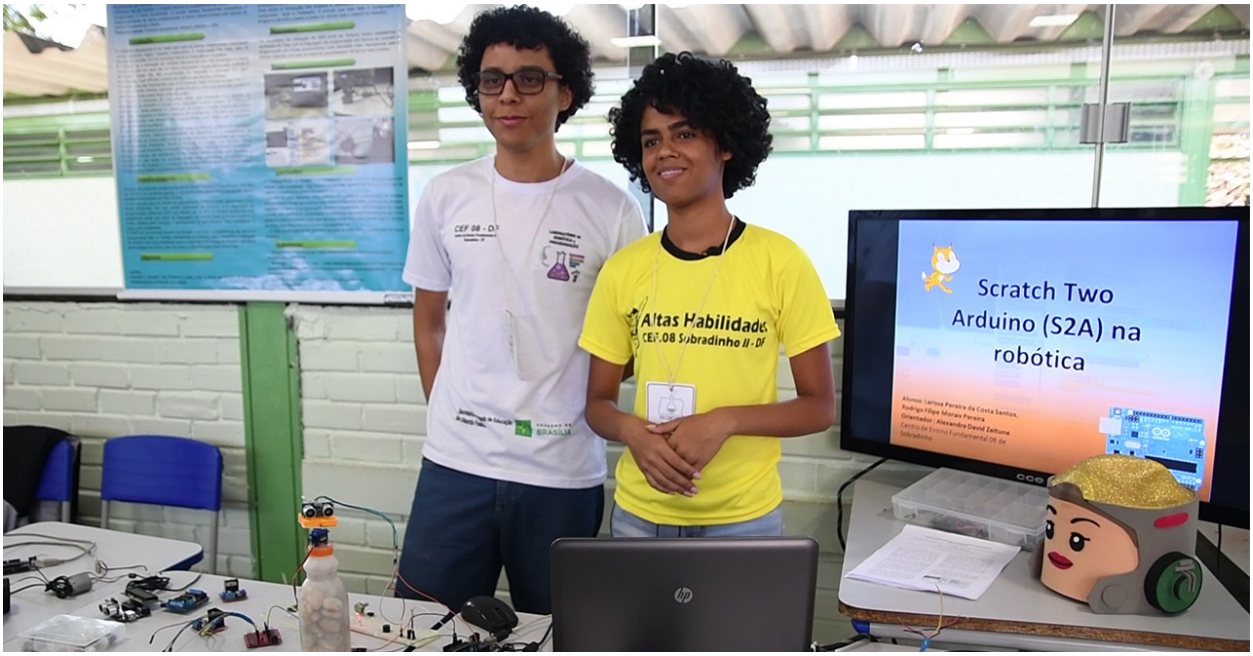


Foto Vladimir Luz

Trabalho de estudantes do CEF 08 de Sobradinho estão entre os selecionados

Pensando em desenvolver o conhecimento científico e tecnológico voltado para os estudantes, a Secretaria de Educação do DF promove o **Circuito de Ciências das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. A iniciativa chegou à 8ª edição este ano e possibilita vivências interdisciplinares e inovadoras aos alunos.

Trata-se de um espaço onde o objetivo é estimular atividades que envolvam o letramento científico e processos investigativos entre estudantes, professores e gestores. As experiências são compartilhadas em grandes exposições que acontecem nas etapas local (escolas), regional (nas coordenações regionais de ensino) e no âmbito distrital. Em 2018, o tema do circuito foi "Ciências para a redução das desigualdades".

Este ano, uma novidade foi a incorporação do caderno Diálogo de Ciências no Circuito. A publicação surgiu com o intuito de fomentar a pesquisa nas séries iniciais e não fazia parte do regulamento.

Um dos 33 trabalhos selecionados no Circuito de Ciências e publicado no Diálogo de Ciências foi o Scratch Two Arduino (S2A) Robótica Educacional. O projeto foi desenvolvido pelos estudantes do CEF 08 de Sobradinho Larissa Pereira da Costa e Felipe Morais Pereira. "O objetivo é ensinar programação para crianças, então utilizamos as plataformas Scratch e Arduino para construir projetos e desenvolver na prática toda a teoria da robótica e da programação", explica a jovem.

Nesta edição, 395 projetos de todas as regionais de ensino do DF participaram da etapa distrital do Circuito de Ciências. Os trabalhos apresentados iam desde o uso da matemática e robótica, até a criação de relógio solar, silogismos filosóficos para debater preconceito, e noções de biologia e ecologia, além do uso sustentável de recursos naturais.

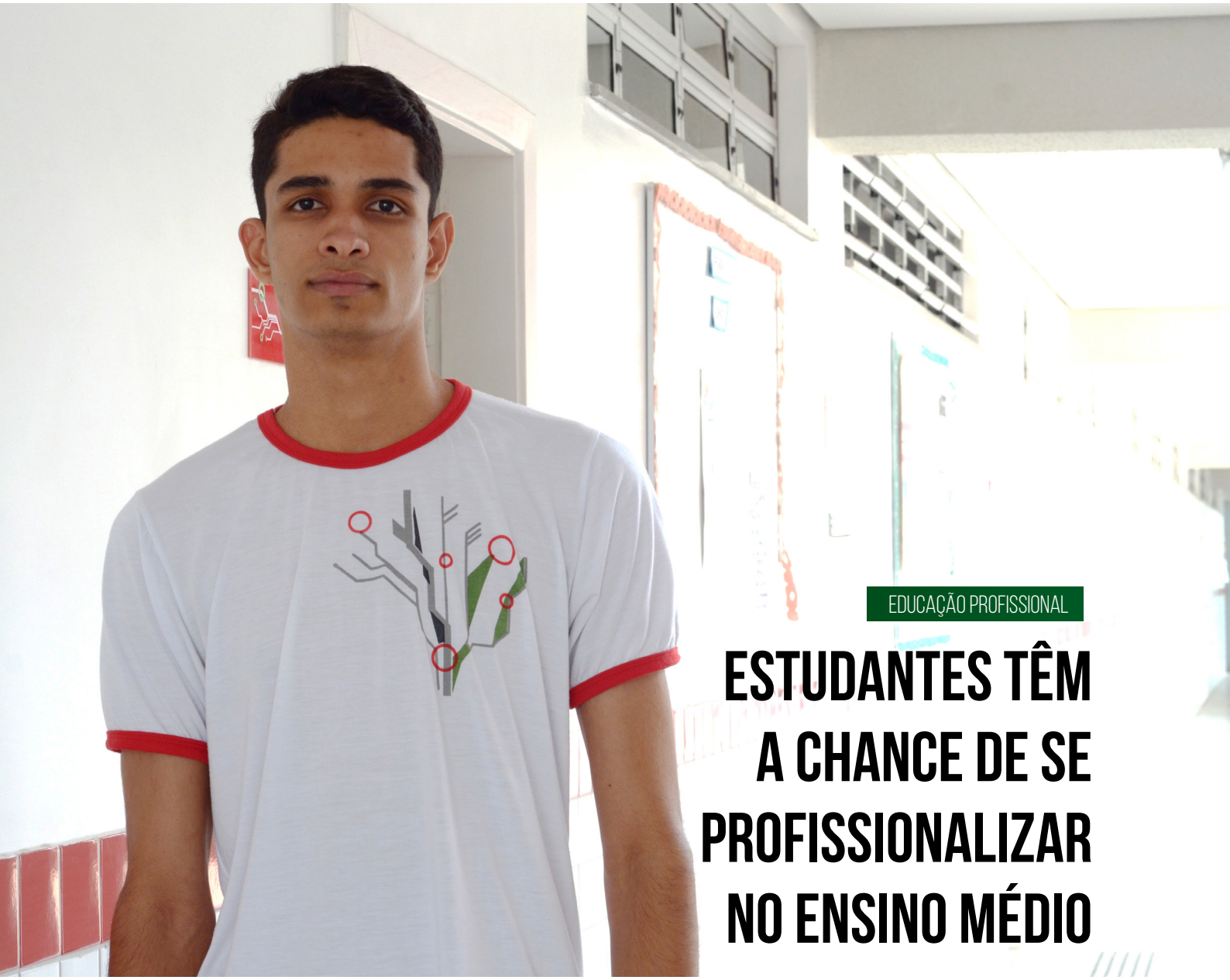
395

Foi o número de projetos participantes do Circuito de Ciências

33

Foram os trabalhos selecionados para divulgação no Diálogo de Ciências

Foto Luís Tavares



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ESTUDANTES TÊM A CHANCE DE SE PROFISSIONALIZAR NO ENSINO MÉDIO

Dez unidades escolares ofertam educação profissional gratuita para a comunidade

Rossana Gasparini

A rotina do estudante Fernando Brito Pinheiro é bem agitada. Ele cursa o 1º ano do ensino médio regular no Centro de Ensino Médio (CEM) 01 do Guará. Como se prepara para prestar as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa de Avaliação Seriada (PAS), optou por estudar no período noturno. Pela manhã faz cursinho; à tarde, três vezes por semana, é o momento de se profissionalizar: ele estuda no curso técnico em enfermagem do Centro de Educação Profissional Articulado do Guará (CEPAG).

Fernando conta que não tinha interesse na área de saúde e que foi incentivado por um amigo a ingressar no ensino articulado. Agora, já pensa em seguir profissões voltadas para a saúde. “Estou pensando em prestar vestibular para fisioterapia, odontologia ou mesmo enfermagem. O curso

no CEPAG está sendo muito bom e é interessante porque já vou terminar o ensino médio com uma profissão".

O CEPAG é uma escola novinha, inaugurada em maio de 2018, e que traz uma proposta educacional voltada para inovação, liberdade de escolha e profissionalização. Lá, cerca de 540 estudantes que ainda estão no ensino médio se preparam para serem técnicos em enfermagem ou em computação gráfica. Esses cursos são articulados com escolas de ensino médio do Guará e voltados apenas para estudantes da rede pública de ensino. As aulas são duas ou três vezes por semana, justamente para não comprometer os estudos regulares.

No entanto, o CEPAG oferece também cursos abertos para estudantes de ensino médio da rede privada e para toda a comunidade. São os cursos técnicos concomitantes, para quem ainda está no ensino médio; os cursos técnicos subsequentes, para quem já concluiu o ensino médio; e ainda o Pronatec/Mediotec, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), para estudantes que estão no ensino médio e fazem o curso no contraturno das aulas regulares.

O Centro de Educação Profissional oferece ainda Formação Inicial Continuada (FIC), que são cursos profissionalizantes, de menor duração e que demandam uma continuidade nos estudos.

NOVOS CENTROS

Nos mesmos moldes do CEPAG, o DF vai receber mais um Centro de Educação Profissional, desta vez em Brazlândia, que já está sendo construído e deve ser entregue no final de 2019. Paranoá e Santa Maria também vão ganhar centros profissionalizantes. As obras para essas duas CREs estão em fase de licitação.

Ensino Técnico

No total, a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) possui dez unidades escolares que ofertam educação profissional de forma permanente para a população em geral. Dessas, cinco são escolas técnicas e as demais são unidades escolares integradas. As aulas são ministradas por professores da rede.

Somente para o primeiro semestre de 2019, estão previstas mais de 4 mil vagas para os cursos técnicos. Em 2018, foram ofertadas mais de 7 mil vagas para cursos técnicos e profissionalizantes.

As vagas são sempre disponibilizadas por meio de edital, sendo que alguns cursos são oferecidos semestralmente e outros anualmente. As inscrições são realizadas no site da Secretaria de Educação.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. A SEEDF oferece cursos do Pronatec nas unidades escolares da rede pública de ensino desde 2014.

Já o Mediotec é uma ação dentro do Pronatec para ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante (no contraturno da escola) para o estudante da rede pública de ensino do DF matriculado no ensino médio regular. As vagas são gratuitas.

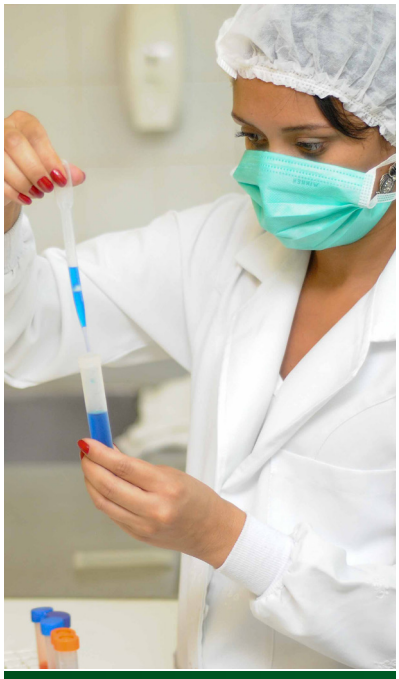


Foto Tiago Oliveira

10,2 mil

Foi o número total de vagas ofertadas em 2018

Escolas

CEP Escola de Música de Brasília
CEP ET de Planaltina
CEP ET de Brasília
CEP ET de Ceilândia
CEPAG (Guará)
CEMI Cruzeiro (integrado ao EM)
CEMI Gama (integrado ao EM)
CED Irmã Regina de Brazlândia (integrado ao EJA)
CED 02 do Cruzeiro (integrado ao EJA)
CED Estella dos Cherubins de Planaltina

Vagas

2015 – 7.274 vagas
2016 – 6.218 vagas
2017 - 7.753 vagas
2018 - 7.200 vagas
2019 (primeiro semestre) - 4.063 vagas

Pronatec/Mediotec

2014 – 1.007 vagas
2015 – 890 vagas
2016 – 4.164 vagas
2017 – 9.884 vagas
2018 – 3.086 vagas*
* MEC não liberou novas pactuações para o 2º semestre, apenas para Pronatec Prisional

Confira os cursos previstos para o 1º semestre de 2019:

- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Informática
- Técnico em Telecomunicações
- Técnico em Administração
- Técnico em Informática
- Técnico em Logística
- Técnico em Informática integrado à Educação de Jovens e Adultos
- Técnico em Administração integrado à Educação de Jovens e Adultos
- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Nutrição e dietética
- Técnico em Saúde bucal
- Técnico em Análises clínicas
- Técnico em Instrumentos Musicais
- Técnico em Áudio/Gravação
- Técnico em Canto
- Técnico em Musicografia em Braile
- Técnico em Musicografia Digital
- Técnico em Computação Gráfica - Concomitante/Subsequente ao EM
- Técnico em Serviços Públicos Integrado à EJA
- Técnico em Controle Ambiental Integrado à EJA
- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Informática para internet Integrado ao Ensino Médio
- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em diversas áreas

Foto Andre Borges /Agência Brasília

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

INICIATIVAS MELHORAM ÍNDICES DE APROVAÇÃO DOS ESTUDANTES

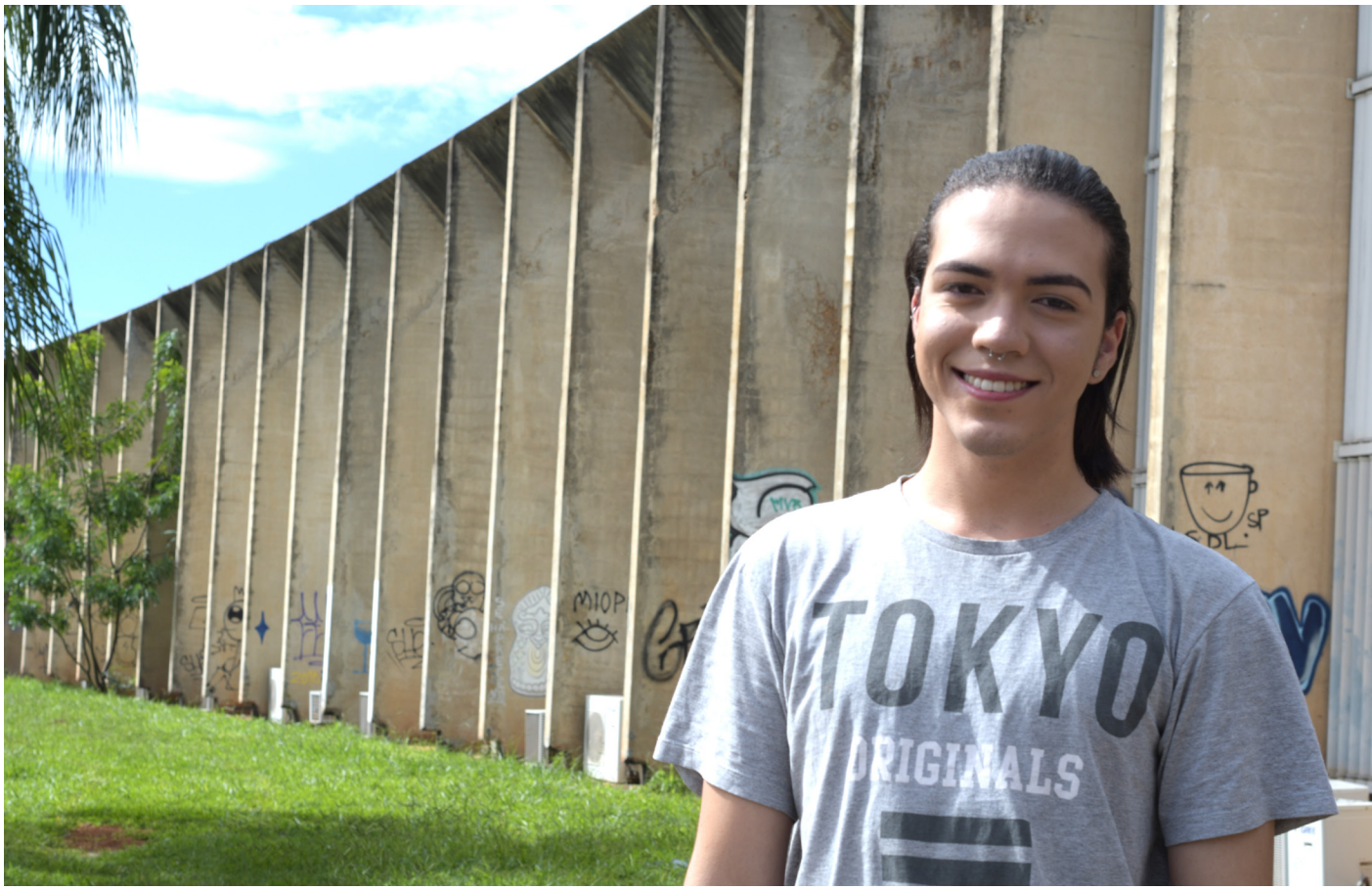
Em 2013, das 571 vagas oferecidas por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS) foram preenchidas por alunos da rede pública. Já em 2018, o número subiu para 1.583 aprovações

Guilherme Marinho

Dezenas de livros, horas de estudo, uma infinidade de papel, lápis, caneta, borracha, computador ligado e pronto para pesquisa. Itens que são os instrumentos de quem tem como meta a aprovação em uma universidade pública. Com objetivo de ajudar os alunos da rede pública do Distrito Federal, nos últimos anos, a Secretaria de Educação do DF (SEEDF) desenvolveu políticas de incentivo ao ingresso no ensino superior. E o resultado pôde ser visto em pouco tempo.

Em 2013, das 2.092 vagas oferecidas pela Universidade de

Foto Luís Tavares



Aos 18 anos, Ítalo Eduardo garantiu três aprovações na UnB: “Sempre estudei em escola pública”

Foto Luís Tavares

Brasília (UnB) por meio do Programa de Avaliação Seriado (PAS), 571 foram preenchidas por estudantes de unidades da SEE-DF. No ano seguinte, o número de aprovações subiu para 726 e em 2015, bateu 861. Já em 2016, houve um sensível aumento, de 2.106 oportunidades de ingresso na UnB, os estudantes da rede pública garantiram 879. Mas no ano passado houve um salto expressivo. Na lista de 4.222 aprovados, 1.505 nomes eram estudantes da rede. Este ano, 2018, mais incremento, chegando a 1.583 novos universitários.

Ítalo Eduardo Dias Frota, de 18 anos, entrou na UnB este ano. Ele conquistou três aprovações: pedagogia por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); design via vestibular específico onde também é usada a nota do Enem; e ciências da computação, com o PAS. O jovem universitário optou pelo último curso e está no segundo semestre.

Além do suporte familiar, Ítalo acredita que o apoio que recebeu dos professores foi fundamental. "Sempre estudei em escola pública. Durante minha vida escolar eu tive uma boa proximidade com parte dos meus professores, e sempre fui muito incentivado por eles. E acredito que isso tenha sido muito importante, pra mim sempre foi muito gratificante saber que eles acreditavam no meu potencial", conta.

O morador da Vila Planalto estudava no Centro Educacional da Asa Norte (Cean). Para ele, a escola tem um foco bastante definido na aplicação da matéria. "Os professores se mostravam interessados em aplicar conteúdos que poderiam ser abordados no PAS e Enem", garante Ítalo.

Ricardo Lucas de Souza Filho foi colega de escola de Ítalo e agora é colega de universidade. O jovem foi aprovado em engenharia ambiental ainda com 16 anos. A estratégia do futuro engenheiro para conquistar a vaga era simples, mas nada fácil. "Minha preparação foi ler o máximo de livros possível, focando nas aulas aplicadas ao PAS que foram ministradas na escola", revela.

Segundo Ricardo, o colégio foi crucial para conseguir se sair bem nos exames. "A maior contribuição veio do Cean, pois a escola foca desde a primeira série do ensino médio em ensinar o aluno 'o que a UnB quer', com incentivo à participação em assuntos sociais, políticos, atualidades, voltados para a prova do PAS", afirma.

David da Silva Nunes, 21, entrou aos 18 anos na UnB. O aluno de medicina estudava no Centro de Ensino Médio Setor Leste. Assim como Ítalo e Ricardo, o colégio teve um papel muito bem definido na formação acadêmica do rapaz. "Além do incentivo familiar, houve a preparação da escola, que mesmo com algumas dificuldades, focava bastante no PAS", conta, ao falar sobre as motivações para alcançar a vaga em um dos cursos mais concorridos da UnB.

Simulando o processo

Para melhorar as oportunidades de entrada de jovens como Ítalo, Ricardo e Davi, nasceu em 2015 o Programa Por Dentro dos Exames do Ensino Médio. A iniciativa tem como objetivo desenvolver ações de divulgação, compreensão e utilização das informações desses exames para os estudantes e para a gestão de políticas públicas. “Inicialmente foi criado considerando dois eixos: Por Dentro do Enem e Por Dentro do PAS. São desenvolvidas ações de divulgação, formação e pedagógicas, destinadas aos profissionais de educação (professores e orientadores educacionais) e aos estudantes das unidades escolares de ensino médio”, explica Amanda Midôri Amano, coordenadora de planejamento e avaliação da SEEDF.

No Eixo Por Dentro do Enem, uma das ações é a realização do Simulado DF. A prova já está na quarta edição, sempre com o intuito de ambientar o estudante para que ele esteja preparado e tranquilo para o dia da realização do exame oficial. “Simulamos desde a quantidade de itens, tempo de prova, bem como a correção no método de avaliação usado no ENEM. O resultado é divulgado antes do Enem e o estudante pode verificar em quais áreas apresenta potencialidades e fragilidades. As unidades escolares podem utilizar os resultados para refletir sobre seu Projeto Político-Pedagógico, abrindo espaços para o crescimento de todo o coletivo e reorganização do trabalho pedagógico da escola”, completa Amanda.

> “Os dados demonstram como estamos ampliando de forma significativa o acesso dos estudantes da rede pública à UnB
>
> Amanda Amano, coordenadora de planejamento e avaliação

Já no eixo Por Dentro do PAS são promovidos seminários de compartilhamento de ações pedagógicas e elaboração de materiais de divulgação, para os professores e estudantes, que abordam temas como: características do Programa, Lei de Cotas Raciais e Sociais, Matriz de Referência, objetos de avaliação e sua relação com o Currículo do Ensino Médio. “Os dados de acesso no PAS demonstram como estamos ampliando de forma significativa o acesso dos estudantes da rede pública à UnB”, garante a coordenadora de planejamento e avaliação da SEEDF.

Em 2017, o eixo Por Dentro do Encceja passou a compor o programa. Apesar de não ser um exame de acesso ao Ensino Superior, o Encceja possibilita às pessoas que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos buscar a certificação no ensino fundamental e/ou médio por meio desse exame. “A procura tem sido cada vez maior. Em 2017 tivemos aproximadamente 42 mil inscritos e em 2018 o número de participantes subiu para 70 mil. Esta ação possibilitou muitas pessoas a buscarem o acesso ao ensino superior por terem concluído o ensino médio por meio do Encceja”, comemora Amanda.

Cursinhos gratuitos

Juntamente com o Programa Por Dentro dos Exames do Ensino Médio, a Secretaria de Educação do Distrito Federal conta também com os cursinhos sociais nas Coordenações Regionais de Ensino (CRE). A iniciativa está presente em todas as regionais, com aulas sempre aos sábados, de manhã ou à tarde. Os maiores estão no Plano Piloto, que reúne o maior número de frequentadores do cursinho, em torno de 2 mil; em Samambaia, com 300 estudantes; Brazlândia e Guará, com cerca de 150 alunos cada; e Sobradinho atendendo aproximadamente 250 jovens. Um ponto importante: todos os educadores que participam da ação são voluntários. Eles são profissionais da própria pasta e também professores de outras instituições.

Para completar, a SEEDF distribui gratuitamente, para todos os estudantes da rede pública de Educação do DF, o Guia PAS, o Guia Enem e o Guia Simulado. “O material é todo produzido pela secretaria. Os estudantes recebem todas as explicações para a prova: marcação de resposta, horário, ingresso pelo Sisu, preenchimento de dados. Há orientações para antes, durante e depois do exame”, finaliza Fernando Wirthmann, diretor de Ensino Médio da SEEDF.

RADAR

Claudia Diegues

Transporte Escolar

A Secretaria de Educação do Distrito Federal atende, atualmente, com transporte escolar, 57 mil estudantes, majoritariamente de áreas rurais, onde não há transporte público coletivo - um dos critérios para o direito à utilização do serviço. Em 2017, eram atendidos cerca de 54 mil alunos; em 2016, 52 mil; e 45 mil em 2015.

Durante o ano letivo de 2018, os 738 veículos do transporte escolar realizaram, mensalmente, cerca de 1,7 mil itinerários, sendo 1,1 mil do ensino regular e 600 da educação integral e especial. Por mês, esses veículos circulam 1.095.421 quilômetros. Do total de veículos, 597 ônibus são de 11 empresas terceirizadas. Os 141 veículos de propriedade da Secretaria são utilizados para o transporte de alunos da educação especial e da integral. O transporte escolar acessível para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida é ofertado sob demanda.

Para os estudantes com dificuldade de locomoção ou outros casos de condições de saúde que demandem cuidados específicos, o aluno pode solicitar ser transportado com acompanhante, mediante laudo médico que ateste a necessidade.

A atual gestão realizou avanços na área de transporte escolar. O primeiro ato foi a adequação das novas licitações, que passou a exigir veículos com até sete anos de fabricação. A ação zela pela integridade física, conforto e segurança dos alunos, assim como atende as orientações do TCDF, por meio da decisão nº 3.440/2015.

Houve também ampliação no atendimento do transporte escolar ao Programa de Educação Integral/Mais Educação e dos Centros de Ensino Especial e Educação Integral com veículos próprios; início de linhas exclusivas nas regiões de Planaltina, Sobradinho, São Sebastião aos alunos inclusivos; ampliação do atendimento aos novos núcleos habitacionais: Jardins Mangueiral, Paranoá Parque, Morar Bem no Riacho Fundo II e Sol Nascente; aumento na fiscalização e ainda a aplicação de percursos intermediários, para atendimento às necessidades dos alunos.

Passe Livre Estudantil

Em relação ao deslocamento nos trajetos realizados pelos estudantes da rede pública de ensino, uma importante ação foi pensada para subsidiar aqueles que utilizam o transporte público. Portaria conjunta do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans) e da Secretaria de Educação estabeleceu a entrega do cartão +Estudante diretamente na escolas aos alunos que possuem o direito ao Passe Livre Estudantil.

O DFTrans encaminha os cartões às 14 coordenações regionais de ensino de Brasília. Eles são entregues em pacotes separados por unidades de ensino, turno, série/ano e turmas. A ativação dos cartões é feita após confirmação dos diretores de cada colégio.

Os alunos têm até 20 dias para retirar os cartões depois que forem entregues nas respectivas coordenações. Passado esse prazo, os documentos são devolvidos ao DFTrans.

Ensino integral

A educação em tempo integral é uma realidade que vem crescendo nas escolas públicas do Distrito Federal. O objetivo é ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, técnico-científicas e esportivas.

Em 2018, das 792 escolas do Distrito Federal, 327 funcionam com turmas em tempo integral. Um total de 54.348 estudantes.

A ampliação do tempo de permanência na escola é parte de uma política nacional. No DF, a escola recebe o dobro do valor do Programa de descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) para cada estudante da modalidade integral. Além disso, algumas escolas recebem verbas do Ministério da Educação pelo Novo Mais Educação ou pelo fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

O Ensino Médio em Tempo Integral é uma proposta do MEC para todo o Brasil, como cumprimento ao Plano Nacional de Educação. No Distrito Federal, em 2018, doze unidades de ensino implementaram a proposta de forma pioneira. A ideia é ampliar gradativamente, a cada ano, o número de escolas.

Aulas de cidadania

A Secretaria de Educação do DF promove diversas parcerias com as câmaras Federal e Legislativa e traz a cidadania para dentro das escolas.

Entre os projetos desenvolvidos está o Parlamento Jovem, voltado para estudantes do ensino médio, transformando 78 adolescentes em parlamentares.

Com ideia semelhante, o Senado Federal conta com o programa Jovem Senador, em que 27 estudantes de ensino médio — um por unidade da Federação — são selecionados para vivenciar, em Brasília, o processo de discussão e elaboração das leis do país, simulando a atuação dos senadores da República.

Os estudantes mais novos podem ter uma experiência semelhante por meio do projeto Câmara Mirim, que leva representantes do ensino fundamental para exercerem as atividades de um parlamentar, elaborando, debatendo e votando projetos de lei. No total, 350 jovens de todo o país são escolhidos para participar das sessões, realizadas na Câmara dos Deputados.

O direito ao voto é outro aspecto essencial à participação popular. Para destacar o papel das eleições, o projeto Eleitor Mirim, também realizado pela Câmara Federal, promove votações entre candidatos criados pelos próprios estudantes. Com urnas eletrônicas de verdade, alunos de todo o país podem votar no representante que considerarem melhor.

E as unidades escolares ainda podem fazer visitas à Casa por meio do programa Escola na Câmara. Voltado para alunos de ensino fundamental, a ação tem como objetivo promover uma aproximação entre escolas e o Parlamento.

Além do âmbito federal, os estudantes do DF ainda podem conhecer melhor a Câmara Legislativa, onde são debatidas as leis locais. O programa Conhecendo o Parlamento é um exemplo da parceria entre a Casa e a Secretaria de Estado de Educação. A ação oferece aos estudantes de ensino fundamental e ensino médio, respectivamente, os projetos Cidadão do Futuro e Jovem Cidadão.

Sistema Eletrônico de Informações

A Educação foi a pasta pioneira na utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Com a implementação do SEI, o órgão deixou de utilizar cerca de 2,7 mil folhas de papel por dia. Também houve a diminuição do emprego de toners, grampeadores, clipes e até a gasolina utilizada nos trajetos dos veículos. A economia foi estimada em R$1,5 milhão.

O ponto de partida foram os processos de aposentadoria, e logo foi possível observar que a conclusão da ação ficou mais célere. A informatização do trâmite, permitiu que um processo fosse findado em 83 dias, o que anteriormente era efetivado no prazo médio de oito meses.

Além da economicidade, outro resultado do SEI é visto no perfil dos servidores, que se adaptaram. Com a descentralização da produção documental, passaram a ser responsáveis pelos requerimentos e acompanhamentos dos seus próprios processos, trazendo autonomia.

Para garantir o sucesso na iniciativa, a SEEDF selecionou e treinou servidores. A preparação se deu para que os agentes pudessem capacitar os demais colegas das unidades para produzir, receber, assinar, editar, tramitar e armazenar documentos e processos de forma eletrônica. A ação contribuiu efetivamente para mais dinamismo e agilidade dentro da pasta.

Controladoria na Escola

O Controladoria na Escola, lançado em 2016, estimula a participação de professores e alunos em ações cidadãs e de controle social dentro do ambiente escolar.

A iniciativa da Controladoria-Geral do DF investe na educação de crianças, adolescentes e jovens, com a abordagem de temas como combate à corrupção, ética e responsabilidade com o patrimônio público.

As 36 escolas públicas finalistas vão dividir R$ 265 mil — quantia que deverá ser revertida em melhorias para a escola. As instituições mais bem classificadas receberão prêmios maiores. A divisão é feita de acordo com o regulamento.

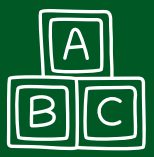
As atividades são divididas em etapas. No primeiro momento, os professores das escolas inscritas são capacitados para orientar os alunos nas ações do projeto.

Na segunda fase, chamada auditoria cívica, os estudantes avaliam a unidade de ensino. Com os problemas apontados, identificam o mais importante e iniciam o desafio: buscar a solução. Eles planejam e executam, com o esforço de todos, projetos que modifiquem a realidade escolar.

A iniciativa começou com a participação de dez escolas em 2016. No ano seguinte, o projeto cresceu - teve 104 unidades inscritas e envolveu cerca de 4 mil alunos e 208 professores coordenadores.

Em 2018, a inscrição de 109 escolas representou um total de 4,8 mil estudantes e 280 professores. Na etapa do desafio, cerca de 16 mil pessoas — alunos, professores, pais, parceiros e voluntários — participaram.

Alfabetização



O combate ao analfabetismo no país obteve um forte aliado no ensino para crianças do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino do DF. Em média, mais de 100 unidades escolares receberam o reforço de assistentes especializados que atuam nessa etapa de ensino. A iniciativa foi possível por meio do Programa Mais Alfabetização, promovido pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O trabalho dos assistentes é voluntário, no entanto, remunerado, a partir de repasse estabelecido pelo programa. A escolha dos profissionais é feita por uma comissão, composta por gestores, professores e equipe pedagógica das escolas.

O programa também contribui com um mapeamento mais preciso da educação, pois os profissionais iniciam o trabalho com as crianças por meio de uma aplicação de prova diagnóstica. A partir dos resultados, professores e assistentes traçam as melhores ações a serem utilizadas em sala de aula. O diagnóstico é revisto após três meses, quando uma nova prova é feita, e assim é possível medir os avanços de cada um dos estudantes. E, ao final de seis meses, uma última avaliação é realizada, a fim de medir os resultados dos estudantes e do trabalho desenvolvido.

Semestralidade

Aprovado em 2015 no Plano Distrital de Educação (PDE), o sistema de semestralidade entrou em vigor em todas as 92 escolas públicas do DF com ensino médio em fevereiro de 2018. O intuito é fortalecer o aprendizado dos jovens e melhorar o rendimento escolar.

O sistema conta com a divisão das disciplinas em dois blocos, cada um deles ministrado em um semestre, exceto português, matemática e educação física, oferecidas durante todo o período letivo. “Desta forma, o ensino é concentrado, permitindo um maior contato do aluno com a matéria e com o professor”, aponta Fernando Wirthmann Ferreira, diretor de Ensino Médio da Secretaria de Educação.

Ainda segundo o especialista, a mudança traz também mais espaço para práticas pedagógicas diversificadas, uma vez que os professores contam com mais tempo a cada aula, além de possibilitar uma melhor avaliação de aprendizagem dos alunos.

Apesar da adoção total neste ano, a divisão semestral já é oferecida na rede pública desde 2013. No ano passado, 37 das 92 unidades contavam com o sistema. Segundo Ferreira, a avaliação até o momento é positiva. “Nas escolas que adotaram a semestralidade houve uma melhora considerável em índices de aprovação, com a diminuição de estudantes reprovados e de abandono escolar”, enumera.

PORTAS ABERTAS

REDE PÚBLICA DE ENSINO TEM NOVAS ESCOLAS

Desde 2015, o Distrito Federal recuperou unidades escolares que estavam sem funcionar, alugou espaços e ergueu prédios

Rossana Gasparini

Foto Vladimir Luz

Somente na educação infantil, foram 35 unidades entregues

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) chega ao final de 2018 com 792 unidades escolares. Desse total, 658 são escolas regulares, 17 Centros Interescolares de Línguas (CIL's), 52 Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIs), cinco escolas técnicas e 60 conveniadas.

O governo entregou, na última gestão, 35 unidades de ensino infantil, sendo 28 Centros de Educação de Primeira Infância (CEPIs), dois Jardins de Infância (Cruzeiro e Gama) e cinco Centros de Educação Infantil (São Sebastião, Recanto das Emas, Brazlândia e duas unidades em Taguatinga).

De 2015 até aqui, foram inaugurados nove centros interescolares de línguas (CILs). Também foram criadas nos últimos quatro anos 18 unidades escolares. Entre as instituições criadas estão a Escola Verde do Riacho Fundo I, a Escola Classe 06 do Paranoá; o Centro Educacional 01 de Brasília; a Escola Classe 68 de Ceilândia; o Centro de Ensino Fundamental 03 da Estrutural; a Escola Classe 502 de Samambaia; o Centro de Ensino Fundamental Queima Lençol, na Fercal; o Centro Educacional 07 de Ceilândia; o Centro de Educação Profissional Articulado do Guará (Cepag) e o Centro de Aprendizagem do Paranoá (CAP). Esta última escola foge à estrutura convencional, com espaço físico diferenciado e proposta pedagógica inovadora, na qual os estudantes podem propor temas e desenvolvê-los por meio de projetos, oficinas e roteiros de estudo.

Houve também a reinauguração da Escola Classe Guariroba, em Samambaia, em 2018. Já a Escola Classe 01 da Estrutural, conhecida como Escola do Gás, que estava interditada desde 2012 e funcionando em espaços alugados, foi recuperada e reaberta em 2017, passando a atender com mais comodidade os estudantes da região.

EXPEDIENTE

EDIÇÃO: Patrick Selvatti

REPORTAGEM: Alan Resah, Claudia Diegues, Guilherme Marinho, João Gabriel Amador, Maria do Carmo Alvarenga, Rossana Gasparini e Thaís Rorher

FOTOGRAFIA: Daniel Fama, Luís Tavares, Tiago Oliveira e Vladimir Luz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Tiago Oliveira

PRODUÇÃO: Ana Carolina Rocha e André Amendoeira

Secretaria de Estado de Educação do DF